



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

---

**FABIANA FERREIRA DE SOUZA**

**A ORTOGRAFIA EM *ALMANACK CORUMBAENSE*:  
UMA PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA NA LÍNGUA PORTUGUESA**

---

Campo Grande/MS  
2013

**FABIANA FERREIRA DE SOUZA**

**A Ortografia em *Almanack Corumbaense*:**

**Uma perspectiva da historiografia na língua portuguesa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof. Dr. Miguél Eugênio de Almeida

Coorientador: Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes

Campo Grande/MS  
2013

S715o Souza, Fabiana Ferreira de.

A ortografia em Almanack Corumbaense: uma perspectiva da historiografia na língua portuguesa / Fabiana Ferreira de Souza. Campo Grande,MS: UEMS, 2013.

86 f .; 30cm

Orientador: Miguél Eugênio de Almeida.

Co-orientador: Nataniel dos Santos Gomes

Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Linguagem: Língua e Literatura) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, 2013.

1. Historiografia linguística. 2. Ortografia. 3. Gramática I. Título.

CDD 20.ed. 410.9

FABIANA FERREIRA DE SOUZA

**A Ortografia em *Almanack Corumbaense*:**  
Uma Perspectiva da Historiografia na Língua Portuguesa

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Presidente, Prof. Dr. Miguél Eugênio de Almeida,  
Doutor, UEMS

---

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes, Doutor, UEMS

---

Prof. Dr. José Pereira da Silva, Doutor, UFAC

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Marlon Leal Rodrigues, Doutor, UEMS

Ao meu filho, pelo carinho e compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Ao Departamento de Letras, pela oportunidade de realizar este curso.

Ao prof. Dr. MIGUÉL EUGÊNIO DE ALMEIDA.

Ao prof. Dr. NATANIEL DOS SANTOS GOMES.

## RESUMO

Souza, Fabiana Ferreira de. Estudo da Ortografia em textos do *Almanack Corumbaense*: Uma Perspectiva da Historiografia na Língua Portuguesa / Fabiana Ferreira de Souza – 2013. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Linguagem: Língua e Literatura) – Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

Este projeto pretende analisar o processo evolutivo da ortografia, num período que parte de 1898 chegando a 1985. Busca compreender a linguística em uma visão historiográfica, utilizando os princípios metodológicos defendidos por Koerner: contextualização, com um levantamento do clima de opinião da época em que o documento foi produzido; o princípio da imanência na qual se fará um apanhado de informações, estabelecendo um entendimento amplo do documento; e adequação teórica, comparando códigos com descrições verbais e reatualizando o documento em questão. O conteúdo deste trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos a historiografia linguística do português, com um breve histórico da historiografia linguística, embasamento dos princípios de Koerner, detalhamento da historiografia na língua portuguesa, e contextualização do *Almanack Corumbaense* (1898). O segundo capítulo se baseia no contexto do documento histórico, em que são apresentados os primeiros anos da história do Mato Grosso; os períodos: colonial e imperial; a participação indígena; a escravidão em Mato Grosso; o contexto da Guerra do Paraguai; a divisão do estado; e o contexto de Corumbá. O terceiro capítulo aborda sobre a ortografia do *Almanack Corumbaense* (1898), os fatos históricos que compreende do século XIII até o século XX; a ortografia entre os séculos XV e XVI; a ortografia do português contemporâneo; finalizando com a análise das ocorrências contidas no referido almanaque, com base nas regras gramaticais que acompanham cada período das obras de Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, e Cunha & Cintra, bem como a forma de escrita e mudanças que ocorreram no intervalo que cobre de 1907 a 1985. Como veremos no transcorrer do trabalho palavras como *ocupa* apresentam o cc, quanto as consoantes duplicadas, segundo Pereira (1907, p. 13), “nos grupos *cc*, *cç*, *ct*, o *c*, primeira consoante, ora soa, ora não”.

**Palavras-chave:** Historiografia. Linguística. Ortografia.

## ABSTRACT

SOUZA, Fabiana Ferreira de. Study of pronoun placement in texts from Almanack Corumbaense (1898): a historiographical panorama. 2013. 86 f. Thesis (Master's Degree in Linguistics) – (Master of Arts, a major in Language: Language and Literature) – Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

This project aims to analyze the evolutionary process of spelling, a period that the coming 1898 to 1985. Seeks to understand the language in a historiographical vision, using the methodological principles defended by Koerner: contextualization, with a survey of the climate of opinion at the time that the document was produced, the principle of immanence in which there will be an overview of information, establishing a broad understanding of the document, and theoretical adequacy by comparing codes with verbal descriptions and reviving the document in question. The content of this work is divided into three chapters. In the first chapter we discuss the historiography of the Portuguese Language, with a brief history of historiography linguistic basis of the principles of Koerner, detailing the history of the Portuguese language, and contextualization of *Almanack Corumbaense* (1898). The second chapter is based on the historical context of the document, which presents the early history of Mato Grosso; periods: colonial and imperial; indigenous participation; slavery in Mato Grosso, the context of the Paraguayan War, the division of state, and the context Corumbá. The third chapter focuses on the spelling of *Almanack Corumbaense* (1898), the historical facts comprising the thirteenth century to the twentieth century; spelling between the fifteenth and sixteenth centuries, the spelling of Portuguese contemporary, ending with the analysis of occurrences contained in mentioned almanac, based on grammatical rules that accompany each stage of the work of Carlos Eduardo Pereira, João Ribeiro, and Celso Cunha and Cintra, as well as how to write and changes that occurred in the interval that covers 1907-1985. As we shall see in the course of work words like present occupies the cc, as consonants doubled, according to Pereira (1907, p. 13), "the groups *cc*, *çç*, *ct*, *c*, first consonant, sometimes sounds, sometimes not."

Keywords: Historiography. Linguistics. Spelling.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
Objetivos .....	12
Justificativa.....	13
Metodologia.....	13
<b>1. HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS</b> .....	15
1.1 Breve histórico da historiografia linguística .....	15
1.1.1 A questão linguística: uma perspectiva historiográfica .....	18
1.1.2 A concepção de historiografia linguística.....	19
1.2 Princípios Metodológicos baseados em Koerner .....	20
1.3 Historiografia da Língua Portuguesa: a questão da ortografia .....	22
1.3.1 Historiografia linguística a partir dos missionários .....	23
1.3.2 As questões linguísticas durante o Segundo Reinado.....	25
1.3.3 Contribuições linguísticas nos século XIX e XX .....	27
1.3.4. Historiografia linguística na atualidade .....	32
1.4 O contexto do <i>Almanack Corumbaense</i> (1898) .....	35
<b>2. O CONTEXTO DO DOCUMENTO HISTÓRICO</b> .....	38
2.1. Os primeiros anos .....	38
2.2 Até o século XIX: Período Colonial e Imperial .....	40
2.3 Os Indígenas na História do Mato Grosso.....	42
2.4 A Escravidão em Mato Grosso.....	48
2.5 Documentos Históricos sobre Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai .....	50
2.6 A Divisão do Estado.....	51
2.7 Corumbá e o seu contexto .....	52
<b>3. A ORTOGRAFIA EM ALMANACK CORUMBAENSE (1898)</b> .....	56
3.1. Fatos históricos desde o século XIII até o século XX.....	56
3.2. A ortografia entre os séculos XV e XVI .....	57
3.3. A ortografia do Português Contemporâneo .....	60

3.3.1. Evolução fonética – metaplasmos (classificações), supressão, acréscimo e transposição .....	61
3.4 Análise das Ocorrências .....	62
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
<b>5. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>79</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz a abordagem sobre a historiografia linguística, tendo como base o *Almanack Corumbaense*, datado de 1898, que apresenta a cidade de Corumbá como forte ponto de comércio marítimo para o então Mato Grosso, bem como suas belezas e cultura.

Esta obra foi escolhida na Biblioteca do Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho, antigo Fórum de Campo Grande, por ser a mais antiga que encontramos. A escolha foi pela data do material, que se mostrou também fonte de dados históricos que nos foram úteis para a composição de capítulos aqui contidos.

Para o desenvolvimento da historiografia linguística alguns preceitos devem ser seguidos norteando o desenvolvimento de seus estudos e tornando seu trabalho aceitável. Para tal, é necessário percorrer três princípios: a) contextualização – o momento histórico da construção teórico em que as ideias interligam-se; b) imanência – explicação dos fatos linguísticos; c) adequação – busca diminuir a distância entre o passado e o presente.

Assim, segundo Koerner (1996, p. 47), o historiógrafo linguístico explica, tanto quanto possível, as razões da mudança de orientação e de ênfase e a possível descontinuidade que delas se pode observar. Sua prática requer, ainda, capacidade de síntese para poder retirar dos fatos empíricos coligidos a partir de fontes primárias o que for essencial, trazendo essas descobertas empíricas para a perspectiva correta, interpretando-as e oferecendo uma explicação adequada dos fatos.

O historiógrafo deve detectar, analisar e explicar as mudanças que houve, durante o percurso a ser investigado, sem que se deixe envolver pela novidade, pela originalidade e pela criatividade, usualmente feitas pelas gerações posteriores que lhe são imediatamente subsequentes. (BASTOS, 2004, p.48)

Para Bastos (2004), conforme foi apresentado acima, os passos investigativos imprescindíveis para a pesquisa historiográfica são: a seleção, em que o historiógrafo deve selecionar o material a ser estudado, sendo eles, os documentos, os mais importantes para a pesquisa; a ordenação, o historiógrafo deve dispor em ordem cronológica os documentos estudados para que possa estabelecer um percurso historiográfico do período pesquisado; e reconstrução, no qual o historiógrafo deve refazer o saber linguístico da época pesquisada,

tendo como base a compreensão crítica do período, ou seja, confrontar o documento com o espírito de época.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho será necessária uma breve contextualização da história de Mato Grosso do Sul.

Corumbá foi destaque como centro comercial de Mato Grosso em pleno século XIX. Graças à sua situação geográfica e de um porto fluvial, a cidade tornou-se um relevante *entreposto* comercial. Apenas no início do século XX, depois da construção da ferrovia, a cidade de Campo Grande virou o centro econômico e político do Estado. Nesse sentido, entendemos a origem do *corpus* coletado dos documentos históricos do *Almanack Corumbaense* no ano de 1898 para analisar a ortografia do texto.

Após a observação dos três princípios, serão investigados: a seleção dos documentos gramaticais que serão analisados; a ordenação dos documentos (caso haja mais de um), deve ser situada a ordem cronológica na perspectiva historiográfica; a reconstrução do conhecimento linguístico; e a interpretação crítica a partir da contextualização, no caso das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1918) e Cunha & Lindley Cintra (1985).

Em seguida, é preciso definir entre as fontes primárias e secundárias. A primeira está ligada aos Documentos Originais. Para nosso estudo, serão o *Almanack Corumbaense* (1898) e a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1907). Em seguida, vamos nos referir às obras estudadas.

O ponto seguinte a ser prosseguido é das dimensões cognitiva (interna) e da social (externa).

O presente trabalho tem como base teórica a historiografia linguística, orientada pelo Prof. Dr. Miguél de Eugênio de Almeida, e o *corpus* de base foi retirado do *Almanack Corumbaense*. Tanto a presente dissertação quanto a de Luciana Martha seguem a mesma estrutura, sendo orientada pelo mesmo professor. Por isso, é possível perceber semelhanças entre os textos, tanto na estrutura, quanto na base teórica e bibliográfica.

## **Objetivos**

Neste trabalho, pretende-se analisar as transformações da ortografia, dentro da perspectiva histórica, a partir de 1907, até os dias atuais, sendo a obra de Eduardo Carlos Pereira (1907) o ponto de partida para a comparação neste estudo, finalizando na obra de Cunha & Cintra (1985).

Com isso, pretende-se colocar o passado em relação ao próprio passado e, posteriormente, ao presente, a fim de que, de forma metódica, possa-se depreender no documento aquilo que o produtor revela, ou seja, as influências implícitas e explícitas advindas do contexto em que o documento foi produzido, para que, no processo de interpretação, considere aquele momento sociocultural e a partir dele faça aproximações com a atualidade. (NASCIMENTO, 2009, p. 25)

Entre os objetivos específicos, o trabalho pretende compreender o estado da língua, verificando a ortografia e sua transformação. Assim, faremos uma descrição de suas ocorrências a partir do *Almanack Corumbaense*, documento do final do século XIX, organizado na cidade de Corumbá, no então do estado de Mato Grosso, para tal utilizamos as obras de Eduardo Carlos Pereira (1907), João Ribeiro (1933), Eduardo Carlos Pereira (1935) e (1958), e de Cunha & Lindley Cintra (1985).

## **Justificativa**

A importância do trabalho se dá para mostrar como a ortografia mudou entre os séculos XIX e XX, tornando as regras de escrita mais simples para os falantes da língua portuguesa. Além disso, o levantamento de dados é rico para os pressupostos da historiografia linguística, descrevendo os dois períodos do português, usando como base um documento importante da época de Mato Grosso, o *Almanack Corumbaense*.

## **Metodologia**

A ortografia foi analisada com base no *corpus* dos documentos históricos do *Almanack Corumbaense* (1898), tendo como base a historiografia linguística defendida por Koerner (1996). Os princípios são a contextualização, imanência e adequação.

Conforme Koerner (1996), esses princípios orienta-nos para a pesquisa em questão, sendo que Eduardo Carlos Pereira (1918) e Cunha (2012) apoia-nos na descrição dessas

ocorrências contempladas pelos princípios da imanência, que, segundo Koerner (1996), é por este princípio que o historiador irá explicar os fatos lingüísticos; a contextualização como momento histórico da construção teórico em que as ideias interligam-se e, por fim, a adequação, que, de acordo com Almeida (2010), este princípio busca estreitar a distância entre o passado e o presente, é por meio do confronto que se podem perceber as mudanças lingüísticas.

Os dois primeiros capítulos tratam da contextualização histórica e lingüística do período que antecede a escrita do *Almanack Corumbaense* (1898) e das mudanças que ocorrem no país, e na região que cerca Corumbá, bem como suas influências recebidas, tanto interna quanto externamente.

No terceiro capítulo, no tópico *Análise das ocorrências*, são aplicados os princípios da imanência e adequação, com a escolha de determinados textos, em que serão analisadas algumas palavras, em comparação com as regras gramaticais que acompanham cada período das obras de Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, e Cunha & Cintra, bem como a forma de escrita e mudanças que ocorreram no intervalo que cobre de 1907 a 1985.

# 1. HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS

## 1.1 Breve histórico da historiografia linguística

Faraco (2005, p. 14) argumenta que a língua escrita é normalmente mais conservadora que a língua falada e o contraste entre as duas pode nos levar a perceber fenômenos inovadores em expansão na fala e que não entram na escrita. A escrita está marcada, na maioria das vezes, de contextos formais, situação em que as inovações – comuns na língua falada – não são de imediato aceitas na escrita.

O historiógrafo da língua portuguesa, Silva Neto (1952 *apud* NASCIMENTO, 2005) afirma que

As línguas são resultados de complexa evolução<sup>1</sup> histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e ali. O acúmulo e a integral realização delas depende de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou lentidão das mudanças. (SILVA NETO, 1952 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 4)

---

<sup>1</sup> Para Matthews (1997, p. 120) o termo *evolução* “used both in the biologist’s sense and of the development over time of individual languages. Thus ‘the evolution of language’ refers in one sense to the issue of, as it is traditionally called, ‘the origin of language’. In another it refers to the history of languages, without any implication that the principles of evolution, as biologists understand them, will apply”.

Já para Câmara Júnior (1986, pp.113-114) “Conjunto de mudanças (v.) que sofre uma língua em sua história interna (v.). O nome foi adotado nos meados do século XIX, a exemplo das ciências naturais, onde “evolução” significa crescimento gradual e paulatino de um organismo até atingir a plenitude. Muitos linguistas rejeitam ou pelo menos evitam o termo, porque na língua não há a rigor um crescimento, mas apenas mudanças e, muito menos, a marcha para a plenitude. A ilusória impressão em contrário resulta de uma confusão entre o crescimento em certos aspectos da cultura (técnicas, pensamento científico, atividade literária) com a língua que serve de veículo a essa cultura (v.). Apesar de tudo, o caráter paulatino e gradual das mudanças, num encadeamento estreito, é inegável para muitas mudanças na língua e por isso o uso do termo se justifica, despojada em linguística a sua significação da noção de crescimento ou progresso.

Neste sentido linguístico, particular, a evolução se opõe ao empréstimo, que é uma mudança proveniente da adoção de elementos provenientes de outra língua distinta (v. empréstimos). Assim, em português, *abutre* é uma evolução do latim *vulture-*, mas *condor* é um empréstimo a uma língua indígena americana, e de *vulture-* para *abutre* há uma série de mudanças graduais e encadeadas (*vulture*, *bultre*, *buitre*, a (*art. Fem.*) *buitre*, *abuitre*, *abutre*); em *condor* a mudança em português foi a adoção do termo. A evolução, assim entendida, é logo apreensível nas mudanças fonéticas, mas se estende a todo o sistema na língua (cf. Câmara, 1959, 38). Em lugar do termo, Sapir lançou outro- DERIVA (ing. Drift), que assinala apenas o encadeamento das mudanças numa direção nítida (Sapir, 1954, 165).

EXCEÇÃO- Diz-se de uma forma linguística que corresponde a uma irregularidade (v.). Assim, a forma *pôr*, do infinitivo, é uma exceção à regra geral em português, de que a vogal temática figura no infinitivo (v. conjugações). V. ainda anomalia”.

Complementando este pensamento, Silva Neto (1952) acentua que

A língua é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega. Não está obrigado a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam. (SILVA NETO, 1952 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 6)

As alterações nos costumes, nas ideias, em todos os setores da vida humana e, por conseguinte, no mundo, impõem naturalmente as mudanças linguísticas. “A mudança resulta, nessa perspectiva, de transformações históricas, indicadoras de necessidades socioculturais”. (NASCIMENTO, 2005, p. 6). Geralmente, existem duas definições para mudanças linguísticas. Para os sociolinguistas variacionistas, as mudanças advêm do comportamento social, enquanto que, para os linguistas estruturalistas, elas são internas ao sistema. Para ilustrar tais ideias, Weinreich, Labov e Herzog (2006[1975]) afirmam que estruturas heterogêneas são parte da competência linguística, ou seja, necessárias para o funcionamento real de qualquer língua e o indivíduo tem capacidade para codificar e decodificar essa heterogeneidade. Assim, para os variacionistas, a variação e a mudança são inerentes às línguas.

É importante destacar que para ocorrer a mudança linguística é fundamental que haja a variação, ou seja, durante um determinado período as palavras podem coexistir na língua até o momento que o falante faça a opção por uma das formas, neste caso surge a mudança. Por exemplo, em um dado momento foi incorporada a variante *noite* quando havia apenas a forma *noute*. Elas coexistiram durante algum tempo até o momento que a primeira prevaleceu, logo houve a *mudança linguística*.

Algumas pessoas tendem a confundir a mudança linguística com a atualização ortográfica. Nesta última não ocorre transformação na estrutura, no, som, no sentido ou na regência da palavra. Por exemplo, *pharmácia* continua ter o mesmo sentido, mesmo produção oral, mudando apenas a forma de escrever. Mais recentemente podemos perceber que o mesmo ocorre com as palavras *ideia*, *voo* e outras.

Assim, nosso trabalho pretende fazer uma descrição da ortografia em dois momentos históricos (final do século XIX, a partir das regras de Pereira e na década de 1980, com Cunha e Cintra) e para tal será relatado nos pressupostos da historiografia linguística.

Segundo Bastos & Palma (2004, p. 10), a historiografia linguística é o modo de



escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. Levando a consideração de seus mecanismos geradores, conduzindo a uma visão panorâmica da realidade. Pois, uma obra será sempre explicada mais profundamente, quando se percebe nela, as etapas de conhecimento que a engendraram.

Swiggers (2010, p. 2) afirma que

a historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o know-how linguístico foi obtido e implementado.

Bastos & Palma (2004, p. 18) ressaltam que a HL como disciplina

tem como objeto de estudo a seleção, a ordenação e a reconstrução do conhecimento linguístico baseado em interpretações críticas do processo dessa produção contextualizada do ponto de vista histórico, social e cultural.

De Clerq e Swiggers (1991 *apud* BASTOS E PALMA, 2004, p. 18) define a HL

como estudo do saber linguístico que tem como objetivo descrever e explicar como se adquiriu, produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto, apresentando-se como opção de trabalho complementar ao modelo de História da Linguística.

Nesse sentido Bastos & Palma (2004, p. 21) ressaltam que o trabalho historiográfico está sempre ligado ao movimento social e intelectual do período a ser estudado e, portanto, na HL devem ser considerados relevantes o clima intelectual geral, a visão historicista da época, o estado das ciências da linguagem e a situação socioeconômica.

Koerner (1996 *apud* BASTOS E PALMA, 2004, p. 21) aborda sobre a importância do “clima de opinião” e de sua utilidade, para a aceitação ou não de ideias que florescem em um dado momento histórico, alegando que este é nada menos que se inserir no clima intelectual do período, é compreender o porquê da vigência deste ou daquele paradigma num determinado campo científico. Neste caso, a historiografia linguística deverá considerar as correntes intelectuais do período que possam ter causado impacto sobre o pensamento

linguístico.

Bastos & Palma (2004, p. 19), assinalam o fato de que a HL ainda não possui parâmetros metodológicos comuns aos campos de investigação na Linguística. Koerner (1996 *apud* BASTOS & PALMA, 2004, p. 22) complementa, portanto, que resta ao historiógrafo buscar seus próprios caminhos para a constituição da HL, considerando a influência exata ou abstrata de outras disciplinas no seu desenvolvimento, quanto de qualquer outra área de estudo.

Swiggers (2010, p. 2) ressalta que

(1) A historiografia linguística é uma disciplina que se situa na interseção da linguística (e sua metodologia), da história (história dos contextos sócio-cultural e institucional), da filosofia (desde a história das ideias e epistemos até a história das doutrinas filosóficas), e da sociologia da ciência.

(2) A historiografia linguística tem que partir de uma fase heurística, e avançar através de uma análise “argumentativa” e de uma síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento linguístico. Ela pergunta e tenta responder questões do tipo: como o conhecimento linguístico foi adquirido? como foi formulado? como foi difundido? (em círculos ‘participativos’?) como tem sido preservado? Por que foi preservado (ou perdido), e de que maneira? quais têm sido as relações (em termos de influência, poder, longevidade curta ou ampla, etc.) entre as “extensões” coexistentes ou subsequentes ao conhecimento linguístico?

(3) A historiografia linguística faz perguntas linguisticamente relevantes sobre as “práticas historicamente relacionadas à linguagem”: assim, historiógrafos da linguística podem, ou devem, oferecer insights aos linguistas interessados “no que estão fazendo”.

Podemos notar que, mesmo que não se tenha chegado a um consenso definido sobre os parâmetros metodológicos, a HL não deixa o historiógrafo a mercê meramente de seus próprios caminhos, mas busca metodologias que possam definir seu campo de abordagem, dentro de um contexto amplificado do que se deseja abordar.

### **1.1.1 A questão linguística: uma perspectiva historiográfica**

Segundo Bechara (2004, p. 7), estes estudos visam a contribuir para um melhor conhecimento do percurso reflexivo na elaboração de cinco obras gramaticais de língua portuguesa escritas entre os séculos XVI e XIX, estampadas em Portugal e no Brasil, e das

possíveis consequências que puderam exercer nas diferentes concepções metodológicas que orientam o ensino de nossa língua nessa quadra de tempo.

Logo a historiografia linguística (HL) é uma subárea da letras e linguística. Conforme Nascimento (2005), tal disciplina tem por escopo lidar com “[...] questões da periodização, de contextualização e com temas relativos à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos.”

A historiografia linguística traz consigo a noção de entrelaçamento entre elementos históricos e linguísticos para fins de alcançar o objetivo da disciplina. Esse, de fato, é um ponto inquestionável quando se trata de historiografia linguística, ou seja, há que se trabalhem essas duas áreas de conhecimento de forma harmônica. Assim, tanto o historiador quanto o historiógrafo são peças fundamentais para uma pesquisa de qualidade.

Acerca da distinção de foco entre o profissional da História e o historiógrafo, Godoy (2009, p.79) pondera “(...) enquanto a História estudava a narrativa dos acontecimentos históricos, a historiografia começou a estudar e registrar esses acontecimentos para reconstruir o passado por meio da interpretação dos fatos à luz do espírito da época.”

### **1.1.2 A concepção de historiografia linguística**

A concepção de historiografia linguística está estreitamente vinculada à concepção de historiografia, por esse motivo, é de grande importância que compreendamos esta última, num primeiro momento, em sentido amplo, como forma de registro dos feitos históricos.

O nascimento da historiografia deu-se na França. Estreitamente, vinculada à História, que é uma ciência, a historiografia passou por um processo de adaptação aos paradigmas que nortearam os estudos históricos. Ora, se a História resumia-se à narrativa oral dos acontecimentos, a historiografia tinha como papel fundamental o registro escrito desses acontecimentos sem problematização ou questioná-los, desde os tempos de Heródoto. Era a vigência do paradigma da ciência normal que

(...) não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos, na verdade aqueles que não se ajustam (os fenômenos) aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos (...) (Kuhn, 1978 *apud* OSTERMANN, 1996, p. 187)

Sendo assim, a historiografia linguística somente adquire sentido se estiver relacionada com outras áreas do saber. Ela lança um outro olhar para os acontecimentos

históricos, tendo como base documentos que evidenciam a evolução da língua no decorrer do tempo, ou em um dado recorte histórico.

Visitar o passado é obrigatório, e possibilita investigar o quadro linguístico daquele momento e o contexto que envolveu a produção do documento. Assim, a pesquisa historiográfica é essencial para compreender o quadro histórico de determinada época, como também atribuir reflexões que possam definir os passos que o historiador da língua deve seguir (BASTOS & PALMA, 2004, p. 25).

A historiografia linguística busca a análise sistematizada da língua em épocas anteriores, com destaque para a escrita. A estrutura gramatical é conservada por mais tempo na escrita, enquanto o texto oral é mais suscetível a mudanças mais rápidas no tempo.

Para analisarmos o *corpus* levantado seguiremos Koerner (1996), no tópico seguinte.

## **1.2 Princípios Metodológicos Baseados em Koerner**

Os métodos que representaram a historiografia linguística como corrente linguística foram: contextualização, imanência e adequação.

Koerner (1996, p. 58) afirma que existem dificuldades para delimitar o espaço da historiografia linguística, por causa das ciências que fazem cruzamento com ela. Para resolver o problema, o pesquisador sistematizou três etapas para o trabalho e para a legitimação da historiografia linguística. Assim, Koerner apresenta as discussões teóricas sobre os elementos internos e externos que definem os limites entre a história e a linguística.

O primeiro é a contextualização. “O primeiro princípio [...] diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em que as teorias se desenvolveram” (KOERNER, 1996, p. 60). Para Koerner é importante observar o pensamento intelectual da época que influencia o quadro linguístico naquele contexto histórico.

Por meio da contextualização é possível que o historiador vá ao passado e através dele possa entender o presente, situando a história do documento e estabelecendo o clima de opinião de um recorte histórico. “[...] trata-se de traçar o clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação sócio-econômica, política e cultural [...]” (BASTOS E PALMA, 2004, p. 17)

A contextualização atribui uma investigação historiográfica externa à língua, ou seja, leva em conta aspectos sociais, geográficos, políticos, econômicos etc; que influenciam o sistema linguístico da época. Conforme Koerner (1996): “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período.” (p. 60)

Em seguida, ele apresenta o princípio da imanência, ou seja, as dimensões internas da língua. Esse princípio consiste na busca da língua em documentos históricos, a busca da análise da língua em si mesma. Por meio deste princípio, analisa-se o quadro linguístico da época, verificando a terminologia adotada para assim compreender a língua e a sua estrutura interna. “[...] o próximo passo consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico [...]” (KOERNER, 1996, p. 60).

O terceiro princípio é a adequação. Tal abordagem segue a perspectiva interna da língua, de forma complementar, buscando a aproximação ou o distanciamento temporal e cultural do recorte histórico, em especial, o linguístico, observadas as aproximações terminológicas da língua. Este princípio versa em uma análise particular da língua, unificado aos dois primeiros princípios, numa tentativa de comparar os momentos históricos que evidenciam a evolução/mudança de uma determinada língua. (KOERNER, 1996, p. 60)

Os princípios metodológicos apresentados são estabelecidos para sistematizar e fornecer fidelidade ao estudo através dos documentos, tornando o fazer historiográfico mais vasto e vigoroso. Vale destacar que a separação dos princípios se faz apenas por uma questão metodológica e faz com que o profissional extrapole os limites linguísticos e históricos para sua análise, com um conhecimento praticamente enciclopédico, além da habilidade para reorganizar o seu objeto, não só na descrição, mas explicando-o e interpretando-o numa nova perspectiva.

Fica clara a complexa delimitação dos estudos em historiografia linguística, visto a interdisciplinaridade e interdependência entre as ciências.

O objeto de discussão e análise da historiografia linguística permanece o mesmo: a língua. A língua é analisada em sua manifestação escrita, a partir de situações formais e informais. Os aspectos sociais, culturais, geográficos, políticos e econômicos interferem no sistema linguístico no texto escrito. Tais documentos representam um testemunho linguístico e histórico de um dado momento histórico, refletindo as correntes intelectuais daquele período (BASTOS E PALMA, 2004, p. 18).

Vale ressaltar que a historiografia linguística surgiu em um momento de ruptura da ciência, o que permitiu a abertura de novas possibilidades de estudos a partir de documentos escritos, as práticas linguísticas do cotidiano.

Koerner (1996) atribuiu à historiografia linguística um quadro de pesquisa que permite ao fazer historiográfico um trabalho que inclui dimensões internas e externas à língua.

### **1.3 Historiografia da Língua Portuguesa: a questão da ortografia**

De acordo com Coutinho (1976, p. 71-80), as palavras escritas sofrem influência etimológica, apresentando uma indumentária mais rica de letras, em flagrante contraste com a primitiva simplicidade, dividindo a história da ortografia portuguesa em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

O Período Fonético inicia-se com os primeiros documentos redigidos em português e termina no século XV. A escrita neste período caracteriza-se pela forte tendência para ortografar as palavras tal qual eram pronunciadas como: honrra; ezame; etc. Porém, a ausência de uma normalização ortográfica conduzia a uma variação na representação dos sons da linguagem falada. O som /i/, por exemplo, era representado ora por i, ora por y e a nasalização realizava-se através do m ou do n ou do til (bem, ben, b~e), etc. Assim, algumas palavras não acompanharam a evolução que se esperava na parte oral como “ler” e “ter” grafadas com vogal dupla: <leer>, <teer>.

O segundo Período Pseudo-Etimológico, inicia-se no século XVI e prolonga-se até 1911, ano em que é decretada a reforma ortográfica, fundada nos preceitos da gramática de Gonçalves Viana, publicada em 1904. Com a chegada do Renascimento e a admiração dos humanistas pela cultura clássica, motivou uma atenção particular para o Latim. Esta atitude levou os eruditos a aproximarem a Língua Portuguesa à sua Língua-mãe. Este fato provocou o abandono da simplicidade da representação fonética e deu lugar a uma escrita com base etimológica. Assim, começaram a aparecer grafias como fecto (feito), regno (reino), etc. E o emprego de alguns grupos de dígrafos como: ph, ch, th, Rh (pharmacia, lythografia, Matheus, Achiçles, etc.).

O último período simplificado aplica-se desde a Ortografia Nacional até aos nossos dias. Nesta época, tendo como objetivo normalizar os documentos oficiais, o governo nomeou uma comissão para estabelecer uma normalização da ortografia. Esta se limitara a seguir e oficializar-se as propostas defendidas por Gonçalves Viana, em 1907. A reforma prescrevia:

Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos da etimologia grega: th, ph, ch (= k), Rh e y;  
 Redução das consoantes dobradas a singelas, com excepção de rr e ss, mediais, que têm valores peculiares.  
 Eliminação das consoantes nulas, quando não influem na pronúncia da vogal que as precede;  
 Regularização da acentuação gráfica.

Em 1911, as Academias de Letras do Brasil e de Ciências de Lisboa celebraram um

acordo ortográfico, com vista a solucionar divergências ortográficas entre o português de Portugal e o português do Brasil. E finalizando esta trajetória deste período, em 1943, os dois países tentam um novo entendimento, que resultou no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, redigido pela Academia de Letras do Brasil.

No início da década de 1970, houve revisões que aproximaram as duas variedades escritas, sem aprovação oficial de uma reforma que instituisse um documento normativo comum. Em 1990, após um longo trabalho da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, os representantes oficiais dos então sete países de língua oficial portuguesa (além do Brasil e de Portugal, também Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) assinaram o acordo ortográfico da língua portuguesa, ratificado também depois da sua independência em 2004, por Timor-Leste. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) entrou em vigor no início de 2009 no Brasil e em 13 de maio de 2009 em Portugal (ILTEC, 2013).

### 1.3.1 Historiografia linguística a partir dos missionários

Para entendermos as questões da ortografia é importante passar pelos períodos da historiografia linguística da língua portuguesa. Começaremos pelo papel dos missionários na formação do português brasileiro.

A atividade linguística dos primeiros missionários, com descrições gramaticais de línguas do Oriente, foi o objeto primordial das atenções do rei D. Manuel I (1495-1521).

Em 1549, o jesuíta Henrique Henriques, considerado o primeiro ocidental a estudar de forma sistemática a língua dravídica, compôs a *Arte da lingua malabar*, que é a primeira gramática conhecida da língua tâmul. Também por esta altura, é publicado o catecismo em tamil Cartilha que *contê breuemête ho que todo christão deue aprêder pera sua saluaçam* (Lisboa, 1554), versão tamúlica de um catecismo português feita por três malabares (com nomes portugueses: Vicente da Nazareth, Jorge Carvalho e Tomé da Cruz), que sabiam tâmul, português e latim. Esta cartilha é um bom exemplo da estratégia metodológica usada nestes manuais pedagógicos: além do registo trilingue – no caso, tâmul, português e latim –, que permitia uma aprendizagem linguística bilateral, o discurso em forma de questionário entre mestre e discípulo visava atingir pela vivacidade um público não iniciado nos preceitos da moral cristã. (FONSECA, 2005, p. 15)

Segundo Fonseca (2004, p. 99), em 1590, com a gramática do Padre José de Anchieta

e o famoso dicionário trilingue *latino lvsitanicvm, ac iaponicvm*, consolida-se o momento decisivo da elaboração de instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso de tais línguas, dispositivos de aprendizagem que foram os dicionários, gramáticas e catecismos ou doutrinas. Ao chegar às terras de Vera Cruz, os gramáticos missionários levavam um saber de experiência feito em meio século de evangelização no Oriente, mas o mundo e a humanidade que encontraram eram novos. Diferentes dos elevados padrões de civilização do gentio Oriente, o Brasil, segundo a autora, poderia ser comparada a uma babel linguística, que, além de impedimento à conversão, era obstáculo à fixação gramatical.

O século XVII foi o momento decisivo que consolidou a produção linguística missionária portuguesa.

Na Índia e Extremo Oriente, para além do concani e do tâmul, prenderam a atenção dos missionários jesuítas, primeiro o chinês e o japonês, este até aos últimos anos da dinastia filipina (1640), época em que o Japão se fechou ao contacto com Portugal; e depois o anamita a partir da segunda metade do século, quando, estabelecidos os contatos comerciais com o então chamado ‘reino da Cochinchina’ (ou ‘*Dai Viêt*’ / ‘*Annam*’), os jesuítas se instalaram naquelas paragens. Quanto a línguas de África, cujos primeiros textos e gramáticas datam do século XVII, parece ter sido a costa atlântica mais afortunada em estudos linguísticos, nomeadamente sobre o quicongo e o quimbundo. O fato tem provável explicação no contingente de escravos da África ocidental, que começou a ser levado para o Brasil a partir de meados do século XVI. Note-se que o jesuíta Pedro Dias, autor da primeira gramática do quimbundo, missionou no Brasil antes de chegar a África, e a sua *Arte da lingua de Angola* (Lisboa, 1697) foi um precioso instrumento para a evangelização dos escravos negros do Brasil; e não será abusivo supor idênticos circunstancialismos no que respeita também à publicação de dois catecismos de quicongo e quimbundo, adiante mencionados. (FONSECA, 2005, p. 15)

A atividade linguística missionária no século XVII só foi possível com o apoio conjunto da Igreja de Roma com a Coroa portuguesa. Na qual, através de cinco “Concílios Provinciais de Goa”, entre 1567 e 1606, com representantes superiores da Ordem Franciscana e da Companhia de Jesus, saem recomendações ‘de que os sacerdotes aprendam as línguas das terras onde pregar’, ‘de que se traduzam compêndios de doutrina cristã em língua da terra’, ‘de que se façam livros para ensinar’. (Rivara 1862 *apud* FONSECA, 2005, p. 16)

### 1.3.2 As questões linguísticas durante o Segundo Reinado



Segundo Coelho (2003), debates acerca das chamadas línguas nacionais são uma espécie de lugar-comum nos momentos em que há alguma (re)definição de estatuto político dos povos. Para citar dois exemplos, em toda a América, nas nações que se tornaram independentes durante o século XIX, houve uma busca de índices linguísticos dessa emancipação política, assim como nos diferentes momentos de organização dos estados europeus, índices linguísticos de uma identidade particular para os povos foram buscados.

O Brasil não escapou a essa tendência: o grau de autonomia da modalidade de língua portuguesa utilizada no país foi tema de intensas e recorrentes discussões durante os anos 1800 e assumiu, durante o Segundo Reinado (1841-1889), uma fisionomia bastante particular.

De acordo com Schwarcz (1999, p. 22), o segundo reinado corresponde a um período de instauração de um novo modelo de nacionalismo no Brasil. Entendia-se que apenas nesse momento em que o país passava a ser dirigido por um líder moderno e brasileiro (D. Pedro II foi o primeiro governante nascido em solo nacional), e, além disso, afeito a ciências, tecnologias e artes, o estado estaria fortalecido, e o território passaria a constituir, de fato, uma nação. Daí que tenha ocorrido um esforço por parte do próprio Império para organizar os símbolos nacionais e fixar a nossa nacionalidade. (IGUAL)

Ao que parece, os dicionários de língua brasileira foram produzidos com a intenção de integrar esse movimento de organização dos símbolos do país (Coelho, 2000) e de consolidação das nossas singularidades. Ao menos, é o que nos fazem crer certos trechos de tais obras, como o seguinte:

E, por dezenas de palavras que receberam [os guarani e os tupi] dos invasores, lhes deram milhares! São, principalmente, essas novidades indígenas que fazem o castelhano e do português da América uma língua assaz diferente do castelhano e do português da Europa. É por aí, mais do que pelas instituições políticas, que o Brasil e as repúblicas espanholas vão firmando sua individualidade, sua independência, sua nacionalidade. (SOARES, 1942, nota 44, p. 229)

Inicialmente, a autora aponta que foi nessa fase que o Brasil começou a resgatar os símbolos nacionais, uma vez que foi o momento em que se deparou, pela primeira vez, com um governante nascido em solo nacional, conforme expõe.

É a vasta a literatura que corrobora a assertiva acima, de que ao comando de D. Pedro II o Brasil inicia a fase de busca pelo nacionalismo. Especificamente, tratando da historiografia linguística nessa fase da História do Brasil, a questão base levantada por Coelho (2003, p. 154) é acerca da autonomia do português do Brasil na visão dos estudiosos da

linguagem do Segundo Reinado.

A constatação da autora é que os dicionários e artigos publicados à época desse crescente nacionalismo (século XIX) primam por demonstrar as singularidades do Brasil com relação ao português de Portugal.

No bojo de seu trabalho, a autora traz diversos trechos de artigos que demonstram um forte caráter de busca pela consolidação de nossa língua como autônoma. Expressões como *individualidade, independência, nacionalidade, brasileirismo, linguagem nacional* e etc, são encontradas maciçamente nestes trabalhos linguísticos do século XIX, e tudo isso reforça o quanto era buscado um olhar para a Língua Portuguesa “brasileira”.

O que os estudiosos da época buscavam era uma difusão dos brasileirismos por meio de uma adequação dos dicionários à língua propriamente falada. A seu ver, muito do que estava formalizado nos trabalhos linguísticos da época não representava a realidade falada do povo brasileiro. Assim, era necessário realizar um trabalho que contemplasse o que de fato estava sendo vivenciado pela população no quesito língua.

Sobre o primeiro ponto, verifica-se que havia uma forte onda que visava autonomia. Havia quem defendesse a autonomia plena e outros que defendiam a tese de que a classe social é que fazia a distinção dos falares, ou seja, os brasileiros cultos falavam como os eruditos europeus, e de outro vértice, os populares do Brasil se assemelhavam aos populares de Portugal no falar permeado de vícios.

O segundo debate trazido demonstra que o léxico e a fonética foram largamente utilizados para dar embasamento aos novos ideais (autonomia da nossa língua). Nesse sentido, foram difundidos artigos que traziam palavras provenientes do tupi ou mesmo africanas, como forma de afirmar que nosso léxico era repleto de brasileirismos.

A opinião inculpada por Soares revela que o léxico era visto como elemento norte para a busca da autonomia da nossa língua. Sendo assim, ele foi muitas vezes citado como fonte para a busca de um nacionalismo linguístico.

Outros pontos eram enaltecidos nessa fase histórica, tais como a pureza do português do Brasil com relação à língua mãe, bem como a riqueza da nossa língua devido a contribuições locais (línguas nativas).

O clima de nacionalismo foi um fator gerador de parcialidade de alguns estudiosos da época, que destacavam nossa língua como melhor que a de Portugal. Faltava isenção nas pesquisas, o que tornava os trabalhos envoltos de opiniões pessoais e, portanto, subjetivos.

Trazer o índio como “herói nacional” é umas das marcas da época e tal sentimento acabou refletido nas obras linguísticas.

Verifica-se que, em razão da onda de nacionalismo crescente à época de D. Pedro II, os trabalhos de historiografia linguística seguiram a tendência de afirmar a autonomia de nosso país com relação a Portugal, o que resultou em trabalhos lexicais que pugnavam reforçar nossa independência linguística.

### 1.3.3 Contribuições linguísticas nos séculos XIX e XX

Prosseguindo na apresentação das contribuições às questões linguísticas no Brasil, ressalta-se o trabalho de dois estudiosos que se destacaram no século XIX e no século XX, que são Eduardo Carlos Pereira (1855) e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904).

Para nosso trabalho vamos destacar Eduardo Carlos Pereira. O pesquisador nasceu em 8 de novembro de 1855, em Caldas, Minas Gerais. Atuou fortemente no Brasil no período denominado República Velha, oportunidade em que se dedicou ao trabalho de gramático e filólogo. Eduardo Carlos Pereira, em função de sua vida acadêmica e atuação no magistério, apresentou-se como filólogo, publicando a *Gramática Histórica e Questões de Filologia* como gramático, publicou a *Gramática Expositiva* em sua prática da vida docente (ALMEIDA, 2007, p.84).

Gutierrez (2010, p. 2) relata que na vida acadêmica, Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) teve grande destaque, pois as suas gramáticas tiveram uma grande repercussão, sendo usadas nas escolas por um longo período. Foi proeminente professor, chegando a ser o primeiro professor público da cadeira de português no ginásio de São Paulo, onde trabalhou até a sua morte.

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), foi um dos líderes da primeira geração de pastores presbiterianos brasileiros, distinguiu-se como professor e gramático, sendo professor por muitos anos na escola pública e autor de importantes obras sobre gramática. Contribuiu, também, de forma relevante, para a língua portuguesa em nosso país.

Pereira utilizava suas obras, em sala de aula,

Seu método de ensino consistia em ensinar com o material que ele mesmo produzia, ele seguia a orientação de seus livros, ensinando página por página, e fazendo aplicações, comentando e tirando lições sobre os ensinamentos. Também usava de uma técnica para envolver os alunos a participarem da aula fazendo com que um aluno fosse ao quadro e escrevesse uma expressão, e passavam a analisar gramaticalmente a expressão. Essa maneira de ensinar fazia com que as aulas fossem mais vivas, pois levava os alunos a fazerem perguntas, dando a

possibilidade de o mestre esclarecer as dúvidas e construir o conhecimento que intencionava em seus alunos. (GUTIERRES, 2010, p. 4)

Seu trabalho mostra a influência recebida, pela visão protestante, como pode ser observado nestes exercícios analíticos, que citamos agora como exemplo, de Provérbios de Salomão:

A resposta branda quebra a ira; a palavra dura suscita o furor. (A.P.) – Aquele que guarda a sua bocca, guarda a sua alma; mas o que é inconsiderado para falar, sentirá males. (A.P.) – Os bens que se ajuntam muito depressa, diminuir-se-ão, mas os que se colhem á mão pouco a pouco, multiplicar-se-ão. (A.P.) – Aquelle que anda com o sabio, será sabio; o amigo dos insensatos far-se-á semelhante a eles. (A.P.) – O sabio teme e desvia-se do mal; o insensato passa adeante, e dá-se por seguro. (A.P.) – A justiça exalta as nações; mas o peccado faz miseraveis os povos. (PEREIRA, 1907, p. 142)

Na qual o próprio autor afirma que

[...] levado por uma suggestão do programma official de protuguez, que determina ‘a apreciação de trechos em que entrem provérbios, maximas e sentenças moraes’, enriquecemos o nosso humilde trabalho com dezenas de proverbios, maximas e dictos sentenciosos, que demos para aclarar e fixar as regras. (PEREIRA, 1907, p. II)

Sua atuação se estende desde produções à Igreja Presbiteriana, até a elaboração de importantes gramáticas em nosso país, participando das discussões sobre as questões educacionais em nosso país, em razão de seu interesse nos estudos da língua.

Suas obras religiosas que se destacaram foram:

“Manifesto aos nossos irmãos, membros da Igreja Presbiteriana do Brasil” (1892), “O Protestantismo é uma Nulidade” (1896), “Dupla Defesa” (1896), “Uma Nova Bandeira” (1898), “A Maçonaria e Igreja Cristã” (1922), “As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil” (1903), “O Problema Religioso da América Latina” (1920). Balanço Histórico da Igreja Presbyteriana Independente brasileira (1921), Pagar o dízimo ao Senhor (1918), Folhetos da sociedade brasileira de tratados evangélicos (CASIMIRO, 2005 *apud* GUTIERRES, 2010, p. 9).

Sua contribuição se estende também a jornais e revistas, com a elaboração de diversos

artigos, das quais mencionamos:

Jornal Correio Paulistano: O discurso, Jornal O Estado de São Paulo: 1907: Questões de Filologia (1), Questões de Filologia (2), Questões de Filologia (3). 1910: A vernaculidade do Sufixo, O Cacofaton. 1920: O protestantismo e a Pátria – A concentração do protestantismo – A Unidade da Igreja de Jesus Cristo – A federação das igrejas Evangélicas no Brasil – Combate ao Alcoolismo – Fé e Coração – Ainda o padre Veiga (1) – Ainda o Padre Veiga (2) – Ainda o Padre Veiga (3) – Ainda o padre Veiga (4) – Ainda o padre Veiga (5) – Ainda o Padre Veiga (6) – A Reforma do ensino. 1922: Da terra de nossos Avós (1) – Da Terra de nossos Avós (2) – Da terra de nossos Avós (3) – Da terra de Nossos Avós (4) – Revista de Língua Portuguesa. 1921: Evolução Gótica. 1922: România – Um Philologo Português. (CASIMIRO, 2005 *apud* GUTIERRES, 2010, p. 9)

Apesar de iniciar seus trabalhos no Brasil em clima do positivismo, que difundia o ideal de uma educação apartada dos conceitos religiosos, Pereira difundia a ideia de educação moral, com raízes no Cristianismo. Nesse contexto, Gutierrez (2010) assim descreve a atuação de Pereira:

A dedicação de Eduardo Carlos Pereira foi de tal forma, que, para ele, o seu trabalho na Igreja e na escola faziam parte de uma mesma vocação, que deveria estar a serviço da sociedade com a finalidade de instruí-la e contribuir para o seu desenvolvimento. Essa ligação do ensino, na igreja, com o magistério público era tão intensa, que se poderia dizer que a sua vida era resumida num duplo ofício: pastor e professor. Sendo o magistério a sua vocação educacional e o ministério na Igreja a sua vocação eclesial. (*Idem*, p. 11)

A produção das gramáticas de Pereira se deu no momento em que o país passava por mudanças na organização do ensino da língua vernácula. A fim de adequar os padrões de ensino do Colégio Pedro II a novos moldes, o diretor do colégio propõe a vários professores uma reestruturação do ensino secundário. Eduardo Carlos Pereira produz a gramática *Expositiva – Curso Superior e Expositiva – Curso Elementar* em 1907 e, no ano de 1915 termina a *Gramática Histórica*, publicando-a em 1916.

Outro importante nome e contemporâneo de Pereira é João Ribeiro, que servirá como referência no estudo gramatical do *Almanack Corumbaense*. “João Ribeiro, nasceu em Laranjeiras (SE) em 1860, faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1934 e entra para a história intelectual brasileira como destacado membro da geração de 1870.” (GUSMÃO, 2010, p. 1)

Ribeiro era respeitado professor do Colégio Pedro II, atuando em diferentes campos

do conhecimento tais como a história, literatura, crítica, filologia, jornalismo, pintura, música e materiais didáticos. Sua produção compreende mais de vinte obras, dentre as quais destacamos livros escritos para uso escolar que tiveram inúmeras reedições:

História do Brasil - curso superior (16a. edição em 1967), História do Brasil para as escolas primárias (6a. edição com estampas em 1912; 2a. edição em 1900); Rudimentos de História do Brasil – curso primário (11a. edição em 1926); História Universal (1918); História da Civilização (1934); a Gramática Portuguesa – curso primário (90a. edição em 1927), Gramática Portuguesa curso médio (38a. edição em 1927) e Gramática Portuguesa curso superior (10a. edição em 1901); Autores Contemporâneos, livro adotado em diversos institutos de ensino secundário e escolas normais (20a. edição em 1930); Compêndio de História da Literatura Brasileira, escrito em parceria com Silvio Romero; Selecta Clássica – que complementa o curso superior de Gramática Portuguesa (1905). (GUSMÃO, 2010, p. 1)

Suas obras, no entanto, são pouco conhecidas nos dias atuais, como ressalta Gusmão (2010).

Celso Cunha é outro nome que marca o estudo gramatical neste trabalho. Cunha nasceu em Otoni, Minas Gerais, em 10 de maio de 1917. Destacou-se como professor, ensaísta e filólogo. “Celso Cunha tornou-se linguista por desvio: destinado a advogado, interessou-se por certos aspectos do viver marginal e escreveu, a propósito, o artigo intitulado ‘Em torno dos conceitos de gíria e de calão’. Foi o seu primeiro artigo. Era 1941.” (CASTRO, 1993, p. 28)

O estudo dos cancionários foi um de seus legados, tendo grande relevância para o conhecimento e origem da língua, e serviram como tese de concurso. Dentre suas gramáticas destacam-se o *Manual de Português*, que foi publicado em 1965, em sequência, temos a *Gramática do português contemporâneo* (1966), *Gramática moderna e Gramática da língua portuguesa* (1972), e por fim a *Nova Gramática do português contemporâneo*, escrita em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa.

A obra de Cunha resta enquadrada no terceiro período “[...] quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras.” Ainda sobre esse terceiro período, o autor destaca que ele “[...] inicia-se pela fundação das Faculdades de Letras que passam a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, o que estava ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino”. (GUIMARÃES, 1994).

Outras obras de Cunha que se destacaram foram: *O cancionero de Paay Gómez Charinho, trovador do século XIII* (1947); *O cancionero de Joan Zorro. Aspectos lingüísticos. Texto crítico* (1949); *O cancionero de Martin Codax* (1956); *Estudos de poética trovadoresca* (1961); *Manual de português*, vários volumes (1962 a 1965); *Uma política do idioma* (1965); *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968); *Língua e verso* (1968); *Gramática moderna* (1970); *Gramática do português contemporâneo* (1970); *Português através de textos*, em colaboração com Wilton Cardoso (1970); *Gramática da língua portuguesa* (1972); *Estilística e gramática histórica*, em colaboração com Wilton Cardoso (1978); *Gramática de base* (1979); *Língua, nação e alienação* (1981); *Estudos de versificação portuguesa: século XIII a XVI* (1982); *Nova gramática do português contemporâneo*, em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra (1985); *A questão da norma culta brasileira* (1985); *Breve gramática do português contemporâneo*, em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra (1985); *Significância e movência na poesia trovadoresca* (1985); *Em torno do conceito de brasileirismo* (1987).

Celso Cunha, como intelectual, é assim descrito,

Celso Cunha passou a vida a ler livros, a escrever livros, a ensinar e a conversar. Ler foi certamente o maior dos seus prazeres. Usava para isso as noites, metodicamente, desde o fecho da televisão até ao café da manhã. A sua lendária biblioteca de mais de 30 mil livros gabava-se de ter sido toda lida pelo dono, ainda que pouco anotada. Explicava Celso Cunha que não anotava os livros porque tinha memória suficiente para guardar os factos que lhe poderiam vir a interessar como referência futura. Era verdade isso e muitas anedotas o corroboram, como a de telefonar de Paris para casa, no Rio, pedindo que lhe confirmassem uma citação e indicando página, livro, prateleira e estante onde ela estava. (CASTRO, 1993, p. 23)

Celso Cunha teve também contribuições como Coordenador geral do Projeto de Estudo Coordenado da Norma Linguística Culta Projeto NURC, em 1972; coordenador do Projeto de Estudo da Fala dos Pescadores na Região dos Lagos Projeto FAPERJ, em 1980; coordenador do Atlas Etnolingüístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro Projeto APERJ, em 1986. Foi ainda membro do Conselho Federal de Cultura, participante da Comissão de Textos da Unesco e representante do Brasil no Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

O final do século XIX e início do século XX, reúne, figuras de preciosa grandeza no conjunto de autores gramaticais no âmbito brasileiro, a começar pelo primeiro grande nome

da época, Júlio Ribeiro que lançou o método histórico-comparativo no Brasil, passando por gramáticos como João Ribeiro (Gramática Portuguesa, 1887), Maximino Maciel (Gramática Analítica, 1887), Pacheco Silva e Lameira Andrade (Gramática da Língua Portuguesa, 1887), Eduardo Carlos Pereira (Gramática Expositiva da Língua Portuguesa, 1907) entre outros que, apoiaram-se nas mudanças promovidas no ensino brasileiro, a partir de 1870, sobretudo com a atuação de Fausto Barreto na direção do Colégio D. Pedro II. (SILVA, 2006, p. 6)

#### **1.3.4. Historiografia linguística na atualidade**

Atualmente, no Brasil, a referência em historiografia linguística, se encontra no campus da Universidade de São Paulo, sob a coordenação da professora Maria Cristina Fernandes Salles Altman. “O Centro de Documentação em historiografia da linguística - CEDOCH - é um centro complementar do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH / USP)”. (CEDOCH, 2008)

O CEDOCH tem os objetivos de:

- 1) a constituição de um serviço de documentação relativo às atividades científicas, culturais e profissionais em ciências da linguagem no país; 2) a organização de bancos de dados; 3) o levantamento, catalogação e constituição de acervo(s) e coletâneas de fontes primárias, textuais, gráficas, audiovisuais, relativas aos agentes, aos contextos e aos produtos da atividade em ciências da linguagem no país;
- 4) a investigação de métodos e tecnologias apropriadas para a condução de trabalhos pertinentes à sua especialidade; 5) a divulgação de suas atividades, mediante publicações e cursos;
- 6) a promoção de atividades de pesquisa e de prestação de serviços pertinentes à sua especificidade, inclusive por convênio. (CEDOCH, 2008)

Altman, conta com um respeitável currículo na área de Linguística, e se destaca como um dos ícones na área de historiografia linguística no Brasil,

Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Linguística pelas Universidades Católica de Louvain (Leuven, Bélgica) e de São Paulo (1993). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Harvard e no M.I.T. (1999); na Universidade de Amsterdam (2006); no Instituto Iberoamericano de Berlin (2009) e na Tokyo



University of Foreign Studies (2010). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Pragmática, e trabalha principalmente em torno dos seguintes temas: historiografia linguística, linguística brasileira, gramáticas coloniais sul-americanas, estruturalismo linguístico. (DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA-USP, 2013)

Outro nome que conjuntamente com Altman, se revela é o da professora Olga Ferreira Coelho, docente da USP, que também dedica seus estudos e pesquisas à historiografia linguística. Ambas são pós-doutoras na matéria e sua área de interesse é historiografia linguística nos séculos XIX e XX. Atuando no projeto *Documenta Grammaticae et Historiae*.

Olga Ferreira Coelho,

É mestre (1998) e doutora (2003) em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Em 2010, realizou estágio de pós-doutorado na Tokyo University of Foreign Studies. Desenvolve projetos de pesquisa na área de historiografia linguística, sob os temas: processos de institucionalização da área de letras e linguística no Brasil; metalinguagem na tradição gramaticográfica ibérica; motivações e métodos de descrição do português no Brasil (séculos XVI a XX). Atualmente é coordenadora do GT Historiografia da Linguística Brasileira na ANPoLL e editora da Revista do GEL

Atualmente é Professora Doutora no Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, onde leciona na Graduação as disciplinas Elementos de Linguística I e II. (DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA-USP, 2013)

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) também conta com um projeto de estudos de historiografia linguística. Com a linha de pesquisa: História e Descrição da Língua Portuguesa. O Projeto: Língua e Identidade no Universo da Lusofonia, da PUC-SP, tem o objetivo de

examinar o papel da língua portuguesa como instrumento construtor da identidade pessoal, cultural e social do sujeito em países lusófonos (Portugal, Brasil, Moçambique, Angola e Timor Leste), traçando um painel de diferentes normas do português, refletindo acerca das políticas linguísticas desenvolvidas e estudando a relação entre discurso lusófono e consciência nacional. Além disso, numa perspectiva historiográfica-discursiva, abordam-se aspectos atinentes ao interculturalismo no ensino de diferentes línguas (ao lado da oficial, a portuguesa) e seus reflexos nas diversas realidades do espaço lusófono, com enfoque nos movimentos linguísticos ocorridos no século XX, buscando entender o tipo de política linguística adotada na Europa, na América Latina, na Ásia e

África no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa. As participantes do projeto são além das líderes, as Professoras: Dra. Rosemeire Leão Faccina e a Doutoranda Ms. Vera Lúcia Harabagi Hanna. No início do ano de 2003, foi publicado um artigo em Cuba, relativo ao projeto Século XX – Interculturalismo no Ensino de Línguas Materna e Estrangeiras: Inglês e Espanhol, alocado no Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Língua Portuguesa na perspectiva do escritor: por uma historiografia didático-lingüística, cujo tema se liga às questões do ensino de língua materna e estrangeiras, observando as relações existentes entre épocas de distanciamento e épocas de aproximação das três línguas, no que diz respeito ao percurso historiográfico das mesmas, abordando-se os documentos à luz da análise do discurso. (PUC-SP, 2013)

Um importante nome dedicado ao estudo da historiografia linguística na PUC-SP é o Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento,

professor titular junto ao Departamento de Português e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dedicou-se ao ensino, à pesquisa e à extensão na Graduação e Pós-Graduação, com publicações voltadas à Historiografia linguística e à Análise do Discurso. Entre essas constam O discurso religioso católico: um estudo do rito matrimonial católico, em coautoria Historiografia linguística: rumos possíveis e A leitura no espaço bíblico: a parábola do filho pródigo. (Disponível em: <http://terracotaeditora.com.br/?p=2106>)

A Universidade Federal de Goiás (UFG), é outra instituição, que também possui um grupo de estudo em historiografia linguística, o IMAGO,

O grupo de pesquisa IMAGO - Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem começou suas atividades no ano de 2006, quando seu Líder, professor Dr. Sebastião Elias Milani, foi empossado como professor de uma cadeira de Lingüística de DELL – Letras. Tem como base a experiência do grupo MELL – Mostragem de Estudos Lingüísticos e Literários, vinculado à Universidade Federal do Tocantins. (UFG, 2012)

A Universidade Estadual de Goiás é outra instituição de ensino que cuida de investigar a historiografia linguística. O Curso de Letras dessa universidade conta com um grupo de pesquisa nessa área de conhecimento, denominado Grupo de Pesquisa em Teoria da História e Historiografia (GETH), com o intuito de propagar o estudo da historiografia, realizando ciclo

de seminários, palestras e cursos, e através da Revista Eletrônica *Expedições: Teoria da História e Historiografia* (issn: 2176-6386), criada em 2009, pelo grupo.

A revista se constitui como um espaço de discussão e reflexão historiográfica em torno de questões teóricas fundamentais como a historiográfica em seus diversos contextos históricos, as apropriações e defasagens conceituais, a circulação de ideias, obras e pensadores no campo historiográfico, os usos e abusos do conhecimento histórico e a historiografia do ensino de História.

Atualmente estes são os centros, grupos de estudos e principais nomes que vem se destacando no estudo da historiografia linguística, que têm contribuído grandemente para uma melhor compreensão de como se processou não só a difusão linguística em nosso país, como de alguns aspectos culturais e mesmo regionais das diferentes partes do Brasil.

#### **1.4 O contexto do *Almanack Corumbaense* (1898)**

Nesta caminhada percorrida de 1898 a 1985, buscou-se situar a obra analisada no ano em que foi elaborada, para então analisarmos as transformações ortográficas desde então, procurando contextualizar o momento e o lugar em que os fatos ocorreram e levaram a confecção do *Almanack Corumbaense*.

O *Almanack Corumbaense* datado de 1898, é uma publicação elaborada com a finalidade de fornecer informações e propaganda das riquezas naturais do Estado de Mato Grosso, em particular da cidade de Corumbá. Em que Ricardo D’Elia, assume ser um futuro candidato ao governo do Estado. Ao que parece ele não obteve sucesso.

Na leitura desta obra, foi possível identificar Ricardo D’Elia, como um farmacêutico e homeopata, através das propagandas de seus produtos e estabelecimento. Fora de sua obra, o que se conseguiu sobre o autor na coleta de dados para este trabalho, foi que “no ano de 1906, o médico italiano Ricardo D’Elia publicou a obra *Argentina, Paraguai e Brasil: ricordi, impressioni e consigli*”. Na qual após “longo périplo iniciado em 1888 pela Argentina, Paraguai e Mato Grosso, estabeleceu-se no Rio Grande do Sul nas vilas de São Vicente e Jaguari” (SCHWARTSMANN, 2008, p. 51). E “em 1926 foi publicado o *Dicionário Enciclopédico de Medicina*, de Ricardo d’Elia, obra pouco difundida”. (REZENDE, 2004)

Para nos situarmos no tempo, conforme já mencionado, em tópico anterior, o estado foi dividido em 1977, portanto em 1898 ainda era Mato Grosso com a capital em Cuiabá.

Tendo passado por um período de turbulência devido a Guerra do Paraguai, na qual, desde janeiro de 1865, conforme D’Elia (1898, p. IX), ficou sob o domínio paraguaio até junho 1867.

No entanto, isto não foi motivo para o não desenvolvimento da região, visto que a mesma foi declarada “porto habilitado para o Commercio”, como descreve o autor, “Corumbá, apresentou taes e tão significativos visos de prosperidade, que teve immediatamente os fôros de villa, que lhe foram conferidos pela lei de 7 de outubro de 1877” (*Idem*, p. IX).

Ao estudar e analisar o conteúdo do referido almanaque, percebeu-se que se trata também de uma obra com conteúdo histórico que caracteriza aquele período e costumes da sociedade local. É como realizar uma viagem no tempo e no espaço, pois é possível vislumbrar uma cidade em um tempo no seu auge de comércio, tendo o porto e suas redondezas como ponto de grandes transações financeiras.

Conforme relata o autor (*Idem*, p. X), o “porto de Corumbá foi muito bem escolhido”, sendo considerado “muito próprio, mesmo para embarcações de grande lotação”. Na época, ainda de acordo com informações de D’Elia (1898, p. X), o porto de Corumbá era muitíssimo movimentado, onde, diariamente nele ancoravam “vapores de varias procedências”. Nestas palavras é possível notar a importância da navegação para o comércio tanto da cidade quanto do país.

A *Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro* era uma importante companhia de navegação para a região, que havia reduzido as viagens do Lloyd, na qual estava sendo socorrido pelo *Leda*, da firma Vierci & Irmãos, que mantinha viagem do porto de Corumbá a Assunção. Ressaltando que a cidade continuaria sendo “avisada da aproximação dos navios do Lloyd, por um tiro de canhão”. (*Idem*, p. X)

Ao procurar entender a redução das viagens do Lloyd, no portal Navios e Portos - História da Marinha Mercante Brasileira (2011), encontramos o seguinte histórico:

O Almirante Barão Jaceguay (1843-1914), distinto Oficial da Marinha de Guerra, solicitou ao Governo Imperial Brasileiro, em 1886, autorização para o início de atividade de uma companhia de navegação, com o nome de Empresa Transatlântica Brasileira, que visava instituir duas carreiras regulares, de serviços transatlânticos, uma com operação no Norte da Europa a partir de Santos, até Hamburgo, com escalas no Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife, Lisboa, o Havre e Antuérpia. Por sua vez a carreira do Mediterrâneo teria saídas de Santos até Gênova, com escalas no Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife e Marselha.

Porém, por ser um plano “demasiado ambicioso para a época”, a companhia entra em dificuldades financeiras, e com a “guerra civil de 1893”, que “provocou perdas de vária ordem”, o “Governo nacionaliza a Companhia a partir do ano seguinte e na continuação de gravíssimas dificuldades financeiras”, em 1898, foi declarado falência da companhia.

D’Elia (1898) menciona sobre as principais ruas da cidade, que levam ao porto, sobre as praças, a principal catedral, os principais edifícios da cidade, dos estabelecimentos comerciais, hotéis e paradas obrigatórias, bem como de suas escolas e métodos de ensino, na qual o autor assim define:

A Instrucção é ministrada muito regularmente por duas Escolas instituidas pelo Estado, uma para cada sexo. As cazas particulares de instrução – *O Externato Corumbaense* e o *Atheneu Corumbaense* oferecem completo e excelente systema de ensino, secundados por varios outros estabelecimentos particullares.

Aos bons methodos adoptados, assim como á espontanea iniciativa de instruir-se, deve a plebe de Corumbá esse admiravel estado de adiantamentoem que se acha, sendo muito notavel a extrema facilidade e rapidez com que todas as crianças aprendem a calligraphia. (*Idem*, p. XII)

Este foi um percurso admirável, na história de Corumbá, onde se consegue visualizar sua estrutura socioeconômica, administrativa, e educacional.

## 2. O CONTEXTO DO DOCUMENTO HISTÓRICO

### 2.1. Os primeiros anos

Abordar a história de Mato Grosso do Sul implica, de pronto, um olho de alcance mais largo que deve ir “às fronteiras onde o Brasil foi Paraguai”, mas impõe também estender a vista até Mato Grosso, que abrigou, desde a Colônia, as terras e os povos hoje divididos em duas unidades federativas distintas. Passado ambíguo ao mesmo tempo em que fomentou o regionalismo, que acabou resultando no seu desmembramento do estado que lhe deu origem, ao separar-se do norte, em 1977, o sul reivindicou sua parte comum no tronco da história para prosseguir sendo Mato Grosso.

As regiões norte e sul do antigo Mato Grosso nunca chegaram a constituir exatamente

a mesma história: estado de conformação geográfica acentuadamente alongada no sentido longitudinal gerou, ao longo do tempo, duas formações históricas distintas, de modo a justificar o uso dos termos norte e sul mais saliente do que em qualquer outra unidade federativa brasileira. Por causa de uma geografia peculiar que, na verdade, comportava três porções distintas, norte, centro e sul, e também de extremas dificuldades de comunicação, elas acabaram vivendo separadas. No período compreendido pelo nosso estudo, porém, a polarização ocorreu entre o sul e o centro, uma vez que era nele que se situava a capital, Cuiabá, conforme veremos adiante.

Devido às dificuldades de comunicação e de transporte, desde os tempos da colonização portuguesa, o Sul de Mato Grosso esteve mais em contato com o Paraguai, São Paulo e Minas Gerais do que com Cuiabá.

De fato, Cuiabá passou a constituir um dos polos da exploração aurífera e, por essa razão, centro político decisório da região. Sua importância estratégica evidenciou-se o fato de o governo português haver criada a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a das terras paulistas.

O ouro nessa região era abundante e estava na superfície da terra, como pode-se observar nas palavras de Souza (1988 *apud* FERRO, 2009, p. 86 e 87)

[...] limitavam-se os mineiros nos terrenos de aluviões auríferos, a catar na superfície da terra ou arranhar nos montes o ouro nativo que a desagregação lenta ou acidental dos quartzos, ou por ação do tempo ou por convulsões telúricas, por aí tinha espalhado fartamente. [...] Em Cuiabá jamais houve minas, se por Minas entender-se a cavidade artificial da terra, por galerias e poços desentranhar-lhe o ouro. O que houve foi o que com justeza se chamaram lavras e catas; os mineiros não faziam mais que lavar e catar na terra abandonando-a desde que, com o revolvimento superficial não encontravam folhetas, granitos, grãos, em fim o ouro que se vê.

Conforme veremos, é preciso revisitar a História de Mato Grosso a partir das fontes escritas contemporâneas, dos viajantes e dos expedicionários. Nosso trabalho, apresentará os fatos históricos que permeiam Mato Grosso, desde o período colonial.

Antes de penetrar as terras da atual Corumbá, os espanhóis aportaram em outras regiões e realizaram diversas expedições. Em alguns casos a vinda de navegadores espanhóis gerou a sua fixação nas terras dos indígenas, como no caso dos sobreviventes de naufrágios. Além disso, outras foram as expedições espanholas estiveram na região com o desejo de conquistar e se apropriar das riquezas, aumentando o contato de estrangeiros com os nativos.

Foi nesse momento em que surgiram os acordos e desacordos entre brancos e índios.

Vale lembrar as monções de Ararituaba, atual Porto Feliz, para Cuiabá buscando prear índios para de vendê-los como escravos, posteriormente, o ouro. Estimulados pelos relatos de ouro, a maioria que chegava vinha de São Paulo. A viagem era arriscada, feita pelo rio e por região de Varadouro. Havia afogamentos, quando as canoas viraram, ou mortes por fome ou doenças. Mesmo assim Portugal mantinha o interesse na povoação da região, para posse do território, unificando os paulistas que buscavam riquezas e a coroa que deseja expandir suas terras.

A capitania de Mato Grosso foi separada da de São Paulo em 1748, sendo o governador, o capitão-general Gomes Freire de Andrade. Ele era um “diplomata” e tinha bons conhecimentos de geopolítica, o suficiente para contribuir para assinatura do Tratado de Madri, reconfigurando os domínios portugueses e espanhóis.

Em seguida, o capitão-general Antônio Rolim de Moura, o conde de Azambuja, governou Mato Grosso de 1751 a 1765. Ele foi vitorioso contra os espanhóis e venceu-os à margem direita do Guaporé, além disso, criou o forte de Nossa Senhora da Conceição, vigiou as fronteiras e solidificou o Tratado de Madri.

Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres tomou posse em 1772. Ele fundou o forte Coimbra, foi responsável pelo estabelecimento da povoação de Albuquerque, hoje Corumbá, além de produzir documentos referentes sobre as fronteiras do Brasil.

João Carlos Augusto D’Oeynhausien Gravenburg, o 8º capitão-general, abrigou a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e o Real Hospital Militar, fundou a Escola de Marinheiros e Construção Naval, amparou a “Companhia de Mineração de Cuiabá” e ela foi elevada à categoria de cidade.

O último capitão-general do período colonial foi Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Ele foi deposto pelos cuiabanos, em 1821. Com sua saída surgiram contendas entre Cuiabá e Vila Bela para definir qual delas se tornaria a capital do estado. Para resolver a disputa foram duas juntas governativas eleitas em Cuiabá e duas em Vila Bela, formadas por clérigos, políticos importantes e pessoas de comando. O que gerou instabilidade política e administrativa da capitania de Mato Grosso até a proclamação de Independência do Brasil.

No período colonial foram produzidos documentos como recenseamento (o primeiro de Corumbá foi feito em 1791), a carta de Tomaz da Costa Correa Rabelo e Silva à coroa, os comentários do astrônomo Lacerda e Almeida (componente da comissão de limites para o tratado de Madri) (SOUZA, 2008, p. 29).

## 2.2 Até o século XIX: Período Colonial e Imperial

Um documento histórico que traz um rápido parecer sobre a ocupação do Mato Grosso encontra-se na obra de Roquete-Pinto (1919, p. 9-10), na qual transcrevemos:

Aquelle território, tal qual se encontra nos seus limites politicos, foi, é bem certo, penetrado pelos portuguezes muito tempo antes de terem surgido ali os primeiros estabelecimentos de outra origem européa.

Por attender á justa observação do geographo Candido Mendes, é mister distinguir, ali, a parte conquistada pelos hespanhoes, do lado occidental, da outra porção desbravada pelos neo-brasileiros de S. Paulo. Foi caminho dos primeiros o Paraguai, cuja navegação é um tanto difficil para grandes barcos, e relativamente fácil para canoas primitivas, e sobre cujas margens se erçueram, desde 1575, com Domina-o Martinez Irala e Nuno Chaves, as feitorias castelhanas.

No entanto, a falta de minas de ouro e a hostilidade das tribus do alto Paraguai, região de grandes alagados, por seu turno também mui adversa, foram circumstancias que favoreceram o dominio portuguez, desanimando os successores de Irala e Chaves.

Si a data precisa da façanha permanece ainda sujeita á controvérsia, devemos, todavia, acreditar que bem cedo começou, por esse lado, a invasão branca daquellas terras.

Pelo ouro e pelo escravo lá se foram os bandos de S. Paulo, cujas incursões tomaram âmbito maior depois de 1596, quando os padres da Companhia de Jesus receberam, pelo alvará de 26 de julho, o governo e a administração dos indios.

Roquete-Pinto (1919, p. 11 e 12) relata que

Das bandeiras, que primeiro chegaram a Mato-Grosso, foi dirigida por António Pires de Campos,[...] em 1719, Paschoal Moreira Cabral chegava ás regiões do Cuiabá, descobrindo o ouro do rio Coxipó.

Fez parte da Capitania de S. Paulo, até 1748, o território de Mato-Grosso. Nesse anno, por Carta Regia de 9 de maio, chegou á mesma categoria.

Mas o próprio documento official não precisou bem os limites da nova provincia, "pela pouca noticia que ainda havia daquelles sertões" conforme nelle se declara.

Ha, todavia, documentos de que a denominação de Mato-Grosso começou a ser empregada, em 1735, ao principiar o povoamento dos afluentes do Alto Paraguai, que têm as margens cobertas de espessas florestas até hoje, apesar da boa vontade com que os sertanejos procuram destruil-as pelo fogo.

O autor traz outro motivo para o nome “Mato-Grosso”,



Dizem que, em 1736, certo Luiz Rodovalho Villar fez partir de Cuiabá uma comitiva para explorar a "campanha dos Parecizes".

A tropa cortou rumo para o poente, e no fim de algum caminhar deu em "matos virgens de arvoredo muito elevado, e foi appellidando Mato-Grosso", para usardos próprios termos da "Noticia" de José Gonçalves da Fonseca. (ROQUETE-PINTO, 1919, p. 13)

“Seja como fôr, a descoberta desse mato é de 1736”, argumenta Roquete-Pinto (1919, P. 14) “e Antônio Pires, muitos annos antes, já tinha cruzado o chapadão que denominou: — ‘Reino dos Parecís’.”

Durante o Governo Imperial foi nomeado um governo provisório, com sede em Vila Bela, tendo como presidente, o cônego Manoel Alves da Cunha, com dois membros da junta governativa de Cuiabá, dois de Vila Bela e dois novos membros nomeados.

Em 1835, Cuiabá passa a ser capital da província por ato da Assembleia Legislativa Provincial, sob a presidência de Antônio Pedro de Alencastro.

No Segundo Reinado outro fator histórico se destaca: o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1856, por Brasil e Paraguai. O Império liberou a navegação do rio Paraguai, permitindo o desenvolvimento de Corumbá através de contatos comerciais com navios brasileiros e estrangeiros. (ESSELIN, 2000, p. 150-151).

Citamos documentos que foram produzidos à época do Brasil Imperial e que se prestam a tratar da região de Mato Grosso, tais como o jornal *A pátria*, a obra *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*, de Felipe José Nogueira Coelho, publicado no *Jornal do Instituto Geográfico Brasileiro*, em 1850.

Felipe José Nogueira Coelho foi o primeiro cronista de Vila Bela. Francis Castelnau também escreveu um relato sobre Mato Grosso, fruto de uma visita à região de Corumbá, na fase imperial. Ele apresentou uma ideia da miscigenação do povo que habitava na região de Corumbá naquele momento. Além disso, havia documentos que descrevem como era a região, tais como, o *Roteiro da Navegação do Rio Paraguai*, de Augusto Leverger.

Acima, destacamos alguns documentos sobre Mato Grosso no período imperial, mas com a declaração de maioria de D. Pedro II começa o 2º Reinado, em 1840 até a Proclamação da República, em 1889.

### **2.3 Os Indígenas na História do Mato Grosso**

Para uma compreensão da atuação indígena na História do Mato Grosso, buscou-se como fontes a obra de E. Roquete-Pinto (1919), *Rondonia*; de Carlos Magno Naglis Vieira (2004), *O enfrentamento entre indígenas e o colonialismo luso-espanhol no Itatim (1630-1659)*; e Olga Maria dos Reis Ferro (2009) *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): História, Historiografia, Instituições Escolares e Fontes*.

Em análise a obra de Roquete-Pinto, encontramos vários textos sobre a presença e situação dos índios no Estado de Mato Grosso.

Os índios da Serra do Norte, no Estado de Mato-Grosso, representam quiçá, neste momento, a mais interessante população selvagem do mundo.

Vivem, ainda hoje, em estado de accentuada inferioridade.

Foram surpreendidos em plena idade lithica; e, assim, foi encontrada uma civilização fóssil no coração da America do Sul. (ROQUETE-PINTO, 1919, p. 2)

Continua este autor,

Os Parecís foram descobertos em 1718. Foram visitados, desde então continuamente, por sertanistas inteligentes, depois por naturalistas, e até por ethnologos de valor.

Ha quasi dois séculos, vivem em communhão estreita com os brasileiros de Mato-Grosso. (*Idem*, p. 4)

Da página seguinte transcrevemos

[...] ficou ainda, na Serra do Norte, uma serie de questões que o tempo irá permittindo desvendar. Será isso contribuição dos que tiverem de zelar pelas construcções da Commissão Rondon. Morando lá annos a fio, poderão ir archivando os factos que observarem de visu, á medida que forem apparecendo, ao acaso da vida dos Índios. Hoje, annota-se um; passam-se dias e mczes sem que o mesmo phenomeno se reproduza. Espera-se. Na occasião em que resurge, continua-se a observação.

Para decifrar os enigmas de um povo selvagem é preciso o concurso de muitos observadores. E ha enigmas que ficarão eternamente na sombra.

Quando os Índios, porém, souberem falar a nossa lingua, e algum de nós puder entender a lingua delles, já innumerous phenomenos primitivos da sua ethnographia, usos, costumes, hábitos, praticas, industrias, características artisticas, religiosas, sociaes, estarão deturpados pela intromissão de elementos extranhos, que os nossos fornecem continuamente.

Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte ; cada índio já possui machado de aço.

Riem-se até os Namljikuáras daquelle venerável instrumento

que, ha dois ou três annos, era elemento fundamental de sua vida, derrubando mel e fazendo roçadas. (*Idem*, p. 5)

O “Reino do Parecís”, termo usado por Antonio Pires para denominar o chapadão, citado por Roquete-Pinto (1919, p. 14). Antonio Pires, bandeirante, chamado de “immortal sertanista” pelo autor e considerado o “primeiro descobridor do Noroeste de Mato-Grosso”, que “cortou o chapadão no correr do século XVIII”, assim descreve esse reino em 1723.

Era grande o reino dos Parecís. As suas aguas, todas, acreditava elle, corriaín para o Norte. Os Índios das chapadas, de numerosos, eram incontáveis; num dia de caminhada, atravessavam-se 10 e 12 aldeias, algumas de 30 casas, de cerca de 40 passos de largura, "redondas de feitio de um forno, mui altas..."

Viviam de cultivar a terra para obter mandioca, milho, e feijão, sem contar os ananazes, fornecedores de seus vinhos.

Tambem cercavam o campo entre dois rios, e nesse terreno armavam seus fojos para apanhar veados, emas e outras caças. A ema, ainda hoje, é a peça nacional das partidas venatorias dos Índios Parecís.

Não era gente guerreira aquella ; antes primava em defender o que era seu do que em atacar o alheio.

Suas armas, além do arco, da flecha, e de "folhas largas" de "madeira muito rija", a maneira de espadas, eram lanças pequenas de que usavam para defender as portinholas de suas casas, aberturas tão reduzidas de tamanho "que para se entrar, diz António Pires, era necessário ser de gatinhas". (ROQUETE-PINTO, 1919, p. 14-15)

O autor abre um parêntese nesse momento argumentando que “no chapadão, hoje, em vez de arcos, os caçadores parecís manejam carabinas de repetição; nesse particular, afastam-se um tanto dos Índios de António Pires...” (*Idem*, p. 15), continuando o relato assim descreve:

Idolos, encontrou elle também, guardados como ainda hoje, em casa especial onde só entravam varões.

Nem olhavam as mulheres para taes cabanas; e este costume se manteve. Nesses verdadeiros templos parecís – (amaká) – não mais residem os Ídolos do século XVIII; guardam-se nelles os instrumentos sagrados da tribu, cada qual filiado em uma função exorcistica.

Hoje, porém, como outrora, as mulheres se livram de olhar a iamaká. (*Idem*, p. 15)

Continuando o autor relata:

[...] é quasi certo que os Índios da Serra do Norte, hoje

alcunhados Nambikuáras pelos sertanejos, já vagavam por essa cordilheira, pois que António Pires refere a existência de outras nações, mais afastadas do lado do Norte, "gente que não podia declarar porque lá não tinha chegado".

No entanto, menciona os Índios Cavihis, moradores nos valles dos rios que correm para o Septentrião. (p. 16)

Parece-nos fora de iluvida que taes Cavihis sejam os Kabixís, que se podem identificar a um certo grupo de Índios da Serra do Norte, (Nambikuára— Uáindzu ou Uáintaçú), que desce pelo valle do Guaporé até á antiga Villa Bella (Mato-Grosso), de onde jamais se aproxima senão de animo hostil. (*Idem*, p. 16 e 17)

O autor faz uma comparação da descrição das habitações dos índios Parecis, por António Pires (1723) com a encontrada a partir de 1919,

“casas redondas do feitio de um forno, muito altas"... cujas portas "eram tão pequeninas que para se entrar era necessário ser de gatinhas"... quadra rigorosamente com as palhoças da Serra do Norte.

Hoje, não creio que existam casas parecís construídas daquelle feitio; todas se parecem com o rancho dos nossos sertanejos.

Mas, as cabanas dos Nambikuáras, estas, sim, são redondas como um forno, altas, servidas por pequeninas aberturas que só atravessa quem estiver de gatinhas... (*Idem*, p. 18)

Ferro (2009, p. 27) em referência aos primeiros passos da educação em Mato Grosso, menciona a educação jesuítica para os índios do Itatim. “Itatim é uma referência geográfica guarani, pois o termo é oriundo desta língua, seu significado é pedra branca” (FERRO, 2009, p. 30).

O Itatim Segundo Ferrer (1633 *apud* VIEIRA, 2004, p. 1) “é a região compreendida entre os seguintes limites naturais: a leste, a Serra de Amambai e a oeste, o rio Paraguai; ao sul, o rio Guaviaño (Apa) e ao norte o rio Taquari, sudoeste do Mato Grosso”. Onde a “conquista e a colonização desta província iniciou em 1536”.

Com o passar dos tempos, as reduções foram deslocadas para o sul, até as margens do rio Jejuí, no atual Paraguai, devido aos ataques dos bandeirantes paulistas.

Os rios que cortam o território do Itatim pertencem todos à Bacia do Paraguai sendo a Serra de Maracaju o divisor de águas com o Paraná. Esta rota foi utilizada pelos bandeirantes que atacaram o Itatim.

Os espanhóis se fixaram em Assunção por volta de 1536, após serem convidados pelos Guarani (Cario) para permanecerem no local, passaram então a ser cunhados dos Guarani que lá habitavam.

Em princípio, os espanhóis aproveitaram a extensão dos laços familiares Guarani e tomaram índias por esposas, desta forma tiveram ingresso entre os Guarani na categoria de towayá, ou seja, cunhados. Entre os Guarani, a categoria de towayá implicava obrigações sociais de prestar serviços e em alguns casos acompanhar expedições guerreiras. Foi este tipo de relação que moldou a sociedade mestiça na região do Prata. (VIEIRA, 2004, p. 1-2)

A instituição do *cuñadazgo*, durante o domínio espanhol, afastou o Guarani da esfera de influência do *tekó'há*, foram confinados em povoados como reserva de mão-de-obra. Assunção transformou-se numa cidade mestiça de *criollos*, devido à "fecundidade" dos espanhóis. Os *criollos* não eram considerados índios, “apesar de o serem economicamente (de fato)”. (*Idem*, p. 2)

Para garantir a ocupação definitiva da região, os espanhóis se empenharam na exploração do rio Paraná, visando a livre navegação pelo rio Paraguai, “os espanhóis fixam assento na região do Pantanal”, ao Rui Diaz de Melgarejo fundar, “na chamada Província do Itatim ou Itati, uma precária vila de nome de San Tiago de Xerez ou Jerez (1580), no vale do rio Pardo e Ciudad Real del Guahyrá em 1556 na aldeia do Cacique Guahyrá”. (VIEIRA, 2004, p. 2)

“Os jesuítas que percorreram o Itatim partiram da Ciudad Real del Guahyrá, no período entre 1589 e 1599, época em que se solidificou a presença católica e jesuítica naquela região”. (*Idem*, p. 2)

Ferro (2009), ao mencionar sobre as reduções, assim descreve:

Os índios reduzidos nos povoados jesuíticos de Santo Inácio e Nossa Senhora da Fé incluíam tanto aqueles que já eram considerados cristãos como aqueles que os missionários pretendiam que se tornassem no futuro. A diferença dos moradores da missão era o fato de que estes eram súditos formais da coroa espanhola e, conseqüentemente, isento da *Encomienda* ou trabalho compulsório, por cédulas reais, apesar de terem de pagar tributos e prestar serviços militares quando solicitados. [...] O pagamento do tributo anual para a coroa, a subsistência e manutenção dos povoados missionários dos jesuítas eram garantidos pela exploração do comércio da erva-mate, produto muito valorizado no Prata e consumido pelos índios Guarani em toda região. Este costume foi adotado logo no início da colonização pelos mestiços, o que gerou um aumento da demanda que inflacionou o preço deste produto e o interesse comercial na sua exploração. A mão-de-obra que mantinha funcionando esta máquina foi a dos índios, no interior dos povoados. Como era a mesma mão-de-obra, requisitada pelos colonos, a exploração dos nativos foi o pivô de mútuas

acusações judiciais e disputas armadas entre jesuítas, espanhóis e portugueses. (FERRO, 2009, p. 32-33)

Nota-se neste momento a importância indígena para o desenvolvimento deste estado, reduzidos nas missões jesuíticas, seu papel na expansão e comércio da erva-mate, teve grande impacto. A exploração da mão-de-obra indígena e a defesa dos mesmos pelos jesuítas foram motivos de muitos conflitos nesta região.

Vieira (2004, p. 2) menciona que, para Jaime Cortesão, a principal causa dos longos conflitos entre bandeirantes e jesuítas na região do Itatim, foi o fato de que “o Itatim era uma região estratégica para a comunicação entre o Brasil e o Peru, entre o vale do rio Paraguai e o Amazonas”. Onde o plano jesuítico era expandir “as missões pelo Paraguai e pelo Chaco até o Amazonas”. Para Regina Gadelha segundo Vieira (2004, p. 2) os conflitos entre índios e colonos foram ocasionados pela sonegação da mão-de-obra indígena pelos jesuítas.

Vieira (2004, p. 2) relata que “a região do Itatim representava o ponto de encontro das tribos do Chaco e dos Guaraní sedentários ou de tribos já guarinizadas”. Os guaranis, originários de uma nação vitoriosa e mais avançada, exerceram “forte influencia sobre os demais grupos antes da chegada dos europeus”.

O autor menciona que

A criação das reduções do Itatim ocorreu mediante a implantação de frentes itinerantes de catequese que tinham por objetivo a posterior fundação de quatro reduções. Uma das frentes missionárias localizava-se no povoado de *Araquay*, onde o principal cacique era Diego Paracu e uma segunda na região de ervais chamada *Caaguaçu*.

A primeira missão que os jesuítas assumiram na região foi entre os índios moradores das margens do rio Miranda e Paraguai, e que estavam *encomendados* aos colonos de Xerez. (VIEIRA, 2004, p. 3)

O Guaraní era a língua majoritária e os índios viviam da agricultura (FERRER, 1633 *apud* FERRO, 2009, p. 41), campo favorável para os jesuítas se estabelecerem na região. Onde os objetivos coloniais de expansão geográfica e econômica encontram uma elaboração teológica de conquista espiritual ou ocupação cristã nos espaços religiosos ameríndios, Tupinambá e Tupiguarani. (FERRO, 2009, p. 43, 44)

No Itatim, havia escolas, oficinas e biblioteca. O programa destas escolas reduzia-se a catecismo, leitura, aritmética e escrita. As escolas, entre os índios do Itatim, seguiam as normas eclesiais do Concílio de Trento, pedagógicas do *Ratio Studiorum*, pastorais do

Sínodo de Assunção. Aprender e ensinar na língua dos índios era essencial para os jesuítas, por isso, o superior das missões do Paraguai, Antônio Ruiz de Montoya, redigiu um vocabulário da língua guarani para uso nas casas do bê-a-bá da Companhia, acrescido do catecismo em espanhol e guarani. (FERRO, 2009, p. 45, 46)

Ferro (2009, p. 45) relata que “as instruções dos jesuítas com relação à catequese dos índios eram bem claras quanto ao propósito de mudar os índios e transformá-los em cristãos obedientes às autoridades coloniais”.

Os jesuítas, apesar de servir os interesses da igreja, tiveram papel importante na resistência indígena, ao espalhar espiões pelas matas próximas às reduções e planejamento de emboscadas para subtrair os índios escravizados pelos bandeirantes paulistas, bem como as missões serviam de proteção às investidas portuguesas e paulistas no início do século XVII. (VIEIRA, 2004, p. 5)

A extração da erva-mate foi um dos legados indígenas para o atual estado do Mato Grosso do Sul. Na qual, podemos destacar a “Companhia Matte Laranjeira”, que estava direcionada a “extracção da preciosa herva-matte, uma das bôas fontes de riqueza do paiz”. (D’ELIA, 1898, p. VII)

## **2.4 A Escravidão em Mato Grosso**

Dos relatos encontrados, a escravidão no Mato Grosso está diretamente ligada à mineração do ouro em Cuiabá. Ferro (2009) em alusão a um texto de Souza (1988) traz a seguinte narração

Penosa por demais era a vida em Cuiabá. Aqueles homens, audazes sertanistas eram péssimos mineiros; eles se tinham formado na escola de mineração das Gerais, ao acaso dos seus próprios trabalhos ajudados pela prática rudimentar dos africanos, sem o auxílio das noções mais elementares da arte de conhecer os terrenos auríferos, de extrair ouro e prepará-lo. A sua arte era mais que embrionária, consistindo os seus instrumentos por assim dizer, no escrevo negro armado de bateia e do almocafre... (FERRO, 2009, p. 86)

Esta era a situação em que viviam os negros em Cuiabá, e por essas condições de vida e trabalho, havia fugas, formando o quilombo do Piolho. Na qual segundo Machado (2006, p.

8):

Antes de ser abatido pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho em 1770, o quilombo do Piolho, conhecido também como quilombo do Quariterê (ou Quariteté, tendo por referência um outro nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores matogrossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pela sua população mas também pela organização social e fartura das suas roças, tendo sido encontradas ali até mesmo duas tendas de ferreiro.

Destacando um trecho transcrito de Maria de Lourdes Bandeira (1988)

Há muitas referências a esse quilombo na documentação e literatura sobre a região. Formou-se às margens do Rio Quariterê ou Piolho, afluente da margem ocidental do Guaporé. Foi abatido pela primeira vez em 1770, quando o capitão-general João Costa Pinto armou contra ele poderosa bandeira. Esse quilombo era formado de escravos fugidos das minas do Mato Grosso [Vila Bela], de pretos livres e de índios. Na organização política residia a especificidade do quilombo Quariterê, que nisso se distinguia de Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas à época da primeira destruição era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por uma espécie de parlamentar, com capitãomor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (BANDEIRA, 1988 *apud* MACHADO, 2006, p. 8)

Nota-se que, neste quilombo, até 1770, havia uma organização monárquica, e Teresa [de Benguela] era a rainha. Quanto a esta rainha Machado (2006) chama a atenção para o fato de que

Na sua rigidez disciplinadora, a rainha ficou conhecida por aplicar duros castigos aos desertores, como enforcamentos, fraturas das pernas e enterramento vivo. Como em Palmares, na religião havia um sincretismo entre cristianismo e valores religiosos africanos. Quando abatido pela primeira vez, sua população era de 79 negros, homens e mulheres, e 30 índios, levados a ferros para Vila Bela, morrendo e fugindo muitos. (MACHADO, 2006, p. 8)

Roquete-Pinto (1919, p. 11), em breves palavras, afirma que na região do Mato Grosso



“não teve o aumento da importação dos negros, começada em 1542, quando Duarte Coelho pediu ao Rei D. João II que lhe ‘fizesse mercê de lhe dar licença e maneira de haver alguns escravos de Guiné’”.

Ao transcrever uma carta de João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, traz logo no início a seguinte fala

Illmo. e Exmo. Sr. – Vendo eu que alem da decadência actual das minas de Matto Grosso, experimentam os mineiros, e mais moradores desta Capitania a perda, e damno da fuga de muitos escravos que tranquillamente existiam aquilombados na escarpada extensa Serra dos Parecís, derramados pelos terrenos de que nascem os rios Piolho (hoje denominado de S. João), Galera, Sararé, Pindantuba e outros segundo huma constante noticia. (ROQUETE-PINTO, 1919, p. 19)

Fato este ocorrido em março de 1795, conforme referida carta, na qual, informa que o quilombo do Piolho, e “seus contornos”, era “habitado na maior parte pelos índios e Caborés livres”.

Em Mato Grosso, as reivindicações em torno das terras de quilombo cresceram em visibilidade nas últimas décadas, em parte favorecidas pela expressão histórica e cultural da população negra da cidade de Vila Bela. Uma cidade construída pelos portugueses em meados do século XVIII, com centenas de moradias, que passou a ter como únicos habitantes uma comunidade de negros e que assim permaneceu até por volta de 1950-1960, quando os novos migrantes, oriundos do sul do Brasil, descendentes principalmente de colonizadores alemães e italianos, ocuparam a região e fundaram um núcleo urbano separado, voltado para a agroindústria de exportação, nas margens do centro de arquitetura colonial. [...]

De modo amplo, através de dados esparsos, podemos concluir que, comparada com a população de outras capitânicas, a população de escravos de Mato Grosso era em geral mais masculina do que feminina, não jovem e de origem africana diversa, pois era comprada no Rio de Janeiro, na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e no Pará quando, no período pombalino, seu comércio pelo rio Madeira foi um monopólio da Companhia do Grão Pará e Maranhão, de onde chegavam “escravos da Guiné e Angola” (BANDEIRA, 1988 *apud* MACHADO, 2006, p. 9-10)

Pode-se, com estes dados, e pela forma como as coisas foram conduzidas no Mato Grosso, não houve grande concentração de escravos, pois, ao que podemos notar. A escravidão ficou mais centrada no trabalho de busca de ouro pelas terras de Cuiabá.

## 2.5 Documentos Históricos sobre Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai deixou marcas profundas em Mato Grosso. O conflito ocorre na década de 1860, no período Imperial, na fase em que o transporte marítimo e fluvial predominava.

Os chamados *Diários de Guerra*, os primeiros escritos que tratam do conflito, retratam o governante paraguaio, Solano Lopez, como o causador da guerra.

Outros documentos importantes são: *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, do General Dionísio Cerqueira; *Guerra do Paraguai*, de Antonio de Sena Madureira e *História da Guerra do Paraguai*, do General Max von Versen. Assim como os *Diários de Guerra*, os documentos mostram o governo paraguaio como um homem ambicioso.

No século XIX surgem questionamentos que colocam Solano Lopez como causador da guerra, sugerindo que ele era defensor da nação e que o Paraguai foi a grande vítima nesse conflito. As obras que fazem tal abordagem são: *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*, de León Pomer, e, *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenatto (SALES, 1990).

No final do século XX, a corrente neo-revisionista defende que o Paraguai era uma potência econômica e a motivação desse conflito foi a disputa por territórios, além do interesse na Bacia do Prata (SALES, 1990).

A ocupação de Corumbá pelos invasores foi relatada por Other de Mendonça (relato 1), Antônio Correa da Costa (relato 2) e George Thompson (relato 3), todos citados por Souza (2008):

Relato 1. A coluna paraguaia, ao mando do coronel Vicente Barrios, cunhado do marechal Solano López, a 3 de janeiro de 1865, efetua desembarque e ocupação da vila de Corumbá, abandonada desde o dia anterior.

Relato 2. As casas foram inteiramente saqueadas, (...), sendo conduzido o que nelas encontravam para o acampamento, onde em presença do comandante se repartiu o roubo, reservando-se o que havia de mais delicado e precioso para López.

Relato 3. As mulheres foram muito maltratadas sendo Barrios o primeiro a dar o exemplo. Um brasileiro importante foi conduzido com a sua filha a bordo do navio em que estava Barrios e recusando o pai a entregá-la, foi violentamente arrastado à terra e ameaçado de ser fuzilado, ficando a filha em poder do general. (SOUZA, 2008, p. 59)

Esses relatos são importantes documentos dos ataques em Mato Grosso e informam sobre a chegada das tropas a Corumbá, dando rosto a cada vítima da guerra.

No *Almanack Corumbanese* (1898), sobre este episódio lemos:

Em poder dos paraguayos conservou-se desde esta ultima data até o memorabilissimo 13 de Junho de 1867, dia em que as valorosas armas do Exercito nacional, um troço de militares e patriotas chefiados pelo muito pranteado mattogrossense Marechal Antonio Maria Coelho (então capitão) a retomaram solemne valorosamente para a communhão brasileira. (D'ELIA, 1898, p. IX)

Estes são os documentos analisados sobre este ocorrido, num momento em que estas terras passam para o poder dos paraguaios, e sua retomada pelo governo brasileiro.

## 2.6 A Divisão do Estado

A luta pela divisão de Mato Grosso é antiga. Ela teve início com os movimentos separatistas entre 1889 e 1930. Os principais nomes foram os coronéis Jango Mascarenhas, João Caetano Teixeira Muzzi e o advogado Barros Cassal.

Os movimentos separatistas saem da região rural e vão em direção aos centros urbanos. Entre 1945 a 1964, os separatistas são assumidos por políticos, assumindo uma dimensão mais consistente. Aos poucos, o povo aderiu ao conceito de separação do estado. A ideia era que havia uma política regionalista e discriminatória pelos dirigentes da parte norte (VIEIRA e VASCONCELO, 2008).

Os fatos que levaram à separação do estado foram: a extensão territorial de Mato Grosso, que dificultava um para o sul, gerando um sentimento de preterição; o norte podia depor políticos do sul; havia divergências políticas e olhares distintos sobre a Revolução de 1930 – o sul apoiou os revolucionários e o norte apoiou o governo central; o sul tinha campos propensos à agricultura e pecuária e o norte, por ser entrada da Amazônia, tinha mais florestas, etc (VIEIRA e VASCONCELO, 2008).

Finalmente, em 1977, foi feita a divisão do estado: Mato Grosso ficou com Cuiabá e Mato Grosso do Sul com Campo Grande. Mato Grosso, antes da divisão do estado (1970), possuía uma população de 598.879 habitantes, enquanto a atual Mato Grosso do Sul tinha

998.211 habitantes, o que é invertido depois da divisão. (MURTINHO, 2009).

O último senso demográfico apresenta o seguinte quadro da região: capital, população, área, densidade demográfica e número de municípios:

#### Mato Grosso

<b>Capital</b>	Cuiabá
<b>População 2010</b>	3.035.122
<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	903.366,192
<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	3,36
<b>Número de Municípios</b>	141

#### Mato Grosso do Sul

<b>Capital</b>	Campo Grande
<b>População 2010</b>	2.449.024
<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	357.145,532
<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	6,86
<b>Número de Municípios</b>	79

## 2.7 Corumbá e o seu contexto

Muitos dos fatos históricos ocorreram onde hoje está a cidade de Corumbá. Daí a sua importância para entendermos a história do estado de Mato Grosso, até a sua divisão, que faz com que a dita localidade fique em Mato Grosso do Sul.

Etimologicamente, o nome da cidade vem do tupi-guarani *Curupah*, “lugar distante”. Além disso, a cidade foi nomeada também como Cidade Branca, já que a cor do seu solo é clara, graças ao calcário. (SILVA, 2004, p. 17)

De acordo com o *Almanack Corumbaense*, fonte do nosso *corpus* para estudo da ortografia,

Corumbá, principal cidade de Matto-Grosso, teve inicio a 21 de Setembro de 1776, sob o nome de Albuquerque Velho, por ordem do então governador, Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. [...]

Nos tempos coloniaes, Corumbá era uma simples fazenda do governo, caracter que conservou até o anno de 1810.

Por imperial decreto datado de 11 de Abril de 1853, mandou-se declarar o seu porto habilitado para o Commercio e bem assim lhe foi mandado crear uma meza de rendas.

A lei de 6 de Julho de 1862 confere-lhe o caracter de Villa, mas sobrevindo a invasão paraguayaya a 2 de Janeiro de 1865, não foi possível por-se a essa lei a devida execução.

Em poder dos paraguayos conservou-se desde esta ultima data até o memorabilissimo 13 de Julho de 1867, dia em que as valorosas armas do Exercito nacional, um troço de militares e patriotas chefiados pelo muito prateado mattogrossense Marechal Antonio Maria Coêlho (então capitão) a retomaram solemne e valorosamente para a communhão brasileira. [...] Por lei de 21 de Maio de 1873 foi creada comarca e ascendeu á cahegoria de cidade em 15 de Novembro de 1878. (D'ELIA, 1898, p. IX)

Silva (2004, p. 18) menciona que, de acordo com Esselin (2000), para assegurar a exclusividade da navegação do rio Paraguai e conter as incursões dos naturais, Luiz de Albuquerque determinou a João Leme do Prado a fundação de um presídio na região. Onde em 1857, a cidade passou a sediar duas unidades de artilharia, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé o Corpo de Artilharia de Mato Grosso.

Em 1861, instalou-se a alfândega em Corumbá, e cada vez mais pessoas oriundas de diversas regiões do país foram atraídas pelas excelentes possibilidades oferecidas pela cidade. E em 1864, a população era de quase dois mil habitantes. (SILVA, 2004, p. 18)

Durante a Guerra do Paraguai, a Freguesia de Santa Cruz de Corumbá - nome que recebeu na emancipação - foi palco de uma das principais batalhas do conflito, sendo ocupada e destruída por tropas de Solano Lopez em 1865. A partir de 1870, ao ser retomada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, a cidade começou a ser reconstruída. Na mesma época, imigrantes europeus e de outros países sul-americanos chegaram, impulsionando o desenvolvimento local. Como resultado, Corumbá foi o terceiro maior porto da América Latina até 1930. (CABRAL, 2011)

Desde seu surgimento, a cidade já mostrava seu potencial comercial.

[...] o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque – primeira denominação do vilarejo – transformou-se no principal entreposto comercial da região. Quando a passagem de barcos brasileiros e paraguaios pelo Rio Paraguai foi liberada, e devido à importância comercial que passou a ter, a localidade foi elevada a distrito em 1838 e, em 1850, a município (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2013).

Isso se deu em decorrência de sua localização: local de passagem de barcos brasileiros e paraguaios. Este potencial de intersecção de navios, de escoamento de produtos era um facilitador do comércio fluvial, o que ajudou na economia do estado.

Quando era denominada Freguesia de Santa Cruz, ela foi ocupada e destruída pela tropa do governo paraguaio em 1865, iniciando sua reconstrução a partir de 1870. Neste

momento, começaram a chegar os imigrantes europeus e de países sul-americanos, o que impulsionou o desenvolvimento da região, antes destruída pela guerra.

O *Almanack Corumbaense* diz: “Corumbá é, pois, a cidade mais commercial e movimentosa do Estado, si bem que não seja a mais povoada”.(D’ELIA, 1898, p. XIII)

Corumbá era um dos poucos acessos fluviais, já que até 1950 os “[...] rios Paraguai, Paraná e Prata eram os únicos meios de integração da região. Por isso, a cidade vivia sob a influência dos países da Bacia do Prata, dos quais herdou grande parte dos seus costumes, hábitos e linguagem. Isso ocorreu naturalmente devido à sua localização fronteiriça e ao isolamento físico que sofria na época.” (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2013)

A cidade iniciou atividades industriais na década de 1940, com a exploração das reservas de calcário – excelente para a indústria do cimento – e de outros minérios. No fim dos anos 1970, o turismo passou a ser explorado, revelando nova infraestrutura e viabilizando a restauração das construções históricas. Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de Capital do Pantanal, constituindo-se o principal portal para o santuário ecológico (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2013)

Corumbá inicia a exploração da indústria e do turismo, quando ainda era pertencente a Mato Grosso. Sendo um propulsor da economia de Mato Grosso do Sul até hoje.

Em 2008, alcançou a condição de principal exportador de Mato Grosso do Sul e foi considerada a cidade mais dinâmica do Estado e a 86ª dentre as 300 mais dinâmicas de todo o País, conforme o Atlas do Mercado Brasileiro 2008, da Gazeta Mercantil. Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Corumbá possui um Produto Interno Bruto de mais de R\$ 2 bilhões, o terceiro maior do Estado e entre os 200 primeiros colocados em âmbito nacional. (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2013)

Corumbá tem seu lugar de destaque para a história de Mato Grosso do Sul em razão de seu potencial econômico e turístico, mormente a biodiversidade da região, que está no Pantanal, o que alavanca os índices da economia do estado.

### **3. A ORTOGRAFIA EM ALMANACK CORUMBAENSE (1898)**

Foram escolhidos oito textos, destes textos foram separadas dezesseis palavras, e analisadas conforme regras e ocorrência nos autores base de referência, onde 64 palavras foram agregadas conforme as regras assim o permitem, totalizando oitenta palavras. As palavras serão colocadas em comparação, para uma análise das mudanças que ocorreram no período entre 1898 a 1985.

Nas citações dos autores é mantida a ortografia conforme escrita pelos mesmos, para que se possa compreender melhor, mesmo nas explicações e observações feitas pelos autores as transformações ortográficas que compreende o período aqui analisado, bem como apresentar com fidelidade os textos citados.

Nesta comparação gramatical historiográfica, são utilizadas: a *Grammatica Expositiva: Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira de 1907; a *Grammatica Portugueza: curso superior*, de João Ribeiro, de 1933; a *Grammatica Histórica*, de Eduardo Carlos Pereira, datada de 1935 encontrada na biblioteca Digital da UNICAMP; a *Gramática Expositiva: Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira de 1958; e a *Nova Gramática do Português*, de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra, datada de 1985.

### **3.1. Fatos históricos desde o século XIII até o século XX**

Para melhor fundamentar os preceitos ortográficos, começaremos a contextualizar os acontecimentos a partir do século XIII até o século XX.

Em 409, invasores germânico-vândalos, suevos e alanos. Estes foram rapidamente aniquilados. Os vândalos passaram para a África do Norte. Os suevos, em compensação, conseguiram implantar-se e, por muito tempo, resistiram aos visigodos que tentavam reunificar a Península a seu favor. (TEYSSIER, 1982)

Com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como a única língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e se diversifica.

A invasão mulçumana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares – o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o sul pela Reconquista.

Os soberanos cristãos repovoavam esses territórios e, assim que o galego-português recobriu toda a parte central e meridional do território português, essa língua vai sofrer uma evolução gradativa e se transformar no Português. A partir daí surge a evolução fonética

acrescentando o estudo dos sons e sílabas tônicas, como: acento tônico, as vogais, as consoantes, ditongos do latim clássico e outros.

Mais a frente verifica-se no século XII o aparecimento dos textos em galego-português, na verdade surgiram no século XIII. Durante todo esse período, a língua galego-portuguesa, nascida no Norte, vai-se espalhar pelas regiões meridionais que até então falavam dialetos moçárabes.

Na parte dos textos, surgem a poesia lírica e os documentos oficiais e particulares que no tempo dos Cancioneiros foi conservada em três compilações onde foi organizada ao tempo dos trovadores. Temos três categorias de poesia, as cantigas d'amigo, cantiga d'amor e as cantigas d'escarnio e de mal dizer, assim uma linguagem mais complexa tendo por base os falares da Galácia e do Norte de Portugal. Já os documentos oficiais e particulares apresentam-se em uma linguagem vulgar, ou seja, mais espontânea e diversificada.

Na fonética e fonologia, vão surgir, como foi dito anteriormente, a questão do som e como cada som é reconstituído a partir da letra, dos símbolos, cada som recebe uma denominação como conclusivas: surdas, sonoras, constrictivas: surdas, sonoras, nasais, vibrantes, branda e forte.

### 3.2. A ortografia entre os séculos XV e XVI

A língua em sua evolução sofre influências nos aspectos políticos, sociais e históricos, característicos do crescimento do Império Romano, e de outro, os aspectos linguísticos associados à mudança fonética, não fossilizada e semântica.

Os encontros vocálicos, ditongos e hiatos fazem uma combinação na oralidade e na escrita tendo assim as diversas transformações na unificação de sistemas de redução.

Ex.: mão – mãos                      can, cam – cães                      leon, leom – leões

No século XVI forma-se o português clássico com a agradável modernidade e publicação em 1572 de *Os Lusíadas*, de Luis de Camões. Esta obra marca essa mudança para o português clássico, em que a língua de Camões e de outros escritores, como ele marcaram o Renascimento humanista e italianizante nesta época.

A obra do dramaturgo Gil Vicente também foi muito importante entre 1502 a 1536, nas cortes de D. Manuel e de D. João III, para compreender a maneira como se constituía a língua “clássica”.

Com o Renascimento Humanista e a amplitude dos estudos latinos, o latinismo vai adotar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próximas do



latim. Ex.: doctor por doutor. Então nesta época de 1502 a 1574 a etimologia, ou seja, a estrutura da palavra começa a se transformar, entrando algumas variantes que parecem mais semelhantes à palavra na forma etimológica assim como infamar sobrepujará enfamar. Sobretudo a formação da Língua Portuguesa se deu com a junção do latim e o Espanhol.

Antes do século XVI, não havia qualquer normatização ortográfica da Língua Portuguesa, nem mesmo para uso restrito, pois cada um escrevia conforme ouvia, aproximando a escrita da fala o máximo possível, de acordo com a percepção e compreensão do escriba.

No século XVI até século XX, a escrita praticada era fundamentada na etimologia, ou seja, procurava-se a raiz latina ou grega para escrever as palavras, não havendo assim uma ortografia oficial. O cidadão escolhia o autor de sua simpatia ou conveniência, sem qualquer obrigação de seguir á risca as normas indicadas pelo escolhido.

Assim, começam algumas mudanças na escrita, respectivamente, no século XX, onde se pretende, aqui, dar a conhecer uma breve cronologia das reformas ortográficas efetuadas na Língua Portuguesa, mostrando a trajetória da implantação destas a partir de normatizações.

1907- a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações.

1910- implantada a Republica em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme para ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

1911- primeira Reforma Ortográfica - tentativa de uniformizar e simplificar a escrita, mas não foi extensiva no Brasil.

1915- a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia brasileira com a portuguesa.

1919- a Academia Brasileira de Letras revoga a sua revolução de 1915

1924- a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começam a procurar uma grafia comum.

1929- a Academia Brasileira de Letras lança um novo sistema gráfico.

1931- aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, o qual visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a ortografia, mas não foi posto em prática.

1938- foram sanadas as dúvidas quanto à acentuação de palavras e foi criada a comissão para organizar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

1943- redigida a primeira convenção ortográfica entre Brasil e Portugal, que resultou no Formulário Ortográfico de 1943.

1945- Acordo Ortográfico, que se tornou lei em Portugal, mas no Brasil não foi ratificado pelo governo, os brasileiros continuaram a se regular pela Ortografia anterior, do Vocabulário de 1943.

1971- promulgadas alterações em Portugal, reduzindo ainda mais as divergências ortográficas com Portugal.

1973- promulgadas alterações em Portugal, reduzindo ainda mais as divergências ortográficas com o Brasil.

1975- a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo, que não foi aprovado oficialmente.

1986- o presidente brasileiro José Sarney promove um encontro dos sete países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Rio de Janeiro, no qual apresenta o Memorando Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1990- a Academia das Ciências de Lisboa convoca novo encontro juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa- as duas academias elaboram a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O documento entraria em vigor no dia 1 de janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português

1996- o ultimo acordo foi ratificado apenas por Portugal, Brasil e Cabo Verde.

2004- os ministros da Educação da CPLP se reúnem em Fortaleza, no Brasil, para propor a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem ratificação de todos os membros.

2006- São Tomé e Príncipe ratifica o Acordo, tornando legítima a sua implantação, a partir de 1º de janeiro de 2007, nos países que o fizeram.

2008- Portugal e Brasil estabelecem seus cronogramas de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

2009- entra em vigor no Brasil o novo Acordo Ortográfico, com prazo final da sua implementação estabelecido para 31 de dezembro de 2012.

Contudo, como a persistência de duas ortografias oficiais da Língua Portuguesa, a Lusitana, Africana e a Brasileira, tem sido considerada largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo. Quatro anos mais tarde, foi feita uma nova reunião, desta vez em Lisboa, e lavrado o chamado Acordo Ortográfico de 1990, tido como o mais moderado e atendendo às críticas feitas à proposta de 1986. (pág.11-13)

### 3.3. A ortografia do Português Contemporâneo

Na época do Galego-português, o fonema |a| não se realizaria como a fechado diante de nasais. Ex.: amam ano, banho (1982, p. 25). A discussão em torno das distinções do |a| acentuado no português arcaico fica assim polarizada. (TEYSSIER, 1982).

Contudo, pode-se admitir que ainda não era essa a diferença fônica, se ela existia era utilizada como traço distinto para marcar a oposição entre aquelas formas verbais do presente e do perfeito. Além disso, pelo que se sabe de teoria fonética, pode-se também afirmar que é uma realização natural as vogais seguidas de nasal se articularem mais fechadas que em outros contextos. Quanto à questão da diferença de timbre entre as vogais médias anteriores e posteriores |e|: |E|; |o|:|w|. Neste caso estamos diante de uma composição fonológica e não apenas fonética. Mesmo a escrita não dando nenhuma pista gráfica já que os grafemas são apenas dois para os quatro fonemas, se pode ter a certeza de que a oposição existia.

Na morfologia, a sintaxe e o vocabulário no fim do século XIII e início do século XIX parecem ter sido uma época de transição entre o Português Clássico e o que se pode chamar de Português Moderno e Contemporâneo.

O vocabulário do Português enriqueceu-se, como o de todas as línguas europeias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objetos relativos à civilização científica e técnica. E assim várias formas foram aparecendo no léxico a partir da palavra própria para denotar o objeto novo.

Entre 1829-1877, surgiram os grandes escritores brasileiros com o Romantismo, um dos que mais se destacaram nesta época foi José de Alencar que procurava escrever de uma forma original, nova, autêntica e viva. Com o Modernismo, a questão retorna com um novo olhar. O Modernismo representa para o Brasil uma mutação cultural e artística fundamental.

#### 3.3.1. Evolução fonética – metaplasmos (classificações), supressão, acréscimo e transposição

A língua é o meio pelo qual o homem expressa suas próprias ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence. Ela é, enfim, um retrato de seu tempo. Cada falante é usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Nesse sentido, podemos constatar que a língua é instrumento

privilegiado da projeção da cultura de um povo, enquanto conjunto das criações do homem que constituem universo humano, como dizia Camara Jr. (1904-1970). Não só por conta dessa influência cultural, mas também por outras razões tanto linguísticas como extralinguísticas, a língua tem se transformado cada vez mais rápido. No caso da língua portuguesa, desde a origem latina, têm ocorrido transformações fonéticas e ainda hoje perduram na fala espontânea. A linguística histórica chama essas transformações de metaplasmos. Ao contrário do que se imagina, esses metaplasmos não devem ser tratados como parte integrante de estudos sincrônicos da língua, mas sim como teoria para explicar as modificações mais recentes que se manifestam não apenas nos grandes centros urbanos, mas também em regiões pouco populosas. Assim os metaplasmos estão relacionados com a ortografia, ou seja, sofre transformações no decorrer dos anos, a partir de uma linguagem emitida por um povo.

Os metaplasmos são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução. Os fonemas constituem a sonorização da língua estando sujeita as transformações conforme a evolução das palavras.

Conforme o passar dos tempos, ocorreram várias transformações na escrita e também consecutivamente no som (fonética) e com isso foi verificadas as alterações nas palavras motivadas pela troca, pelo acréscimo, pela supressão de fonema e ainda pela transposição de fonema ou de acento tônico (COUTINHO, p. 143 *apud* CUNHA, 1982)

Pode-se citar a sonorização, a vocalização, assimilação, dissimulação, nasalização, desanalação, etc. Temos também os metaplasmos por aumento de fonemas, adição a palavra e por subtração e suas classificações, conforme a posição do fonema.

A ditongação pode ocorrer a partir do acréscimo ou de transformação da palavra. Ex.: arena > área > areia.

Portanto, houve uma série de transformações que ocorreram até os dias atuais, e estas ocasionaram uma diferenciação nos sons e na escrita de algumas palavras, podendo assim conceituar como a Língua na sua contemporaneidade, sabendo-se que poderá ocorrer mudanças nesses dois aspectos da linguagem no decorrer dos tempos.

Em Pereira (1907), a ortografia faz uso do *ph*, *ch*, *th*, *y*, *ct*, e consoantes duplas insonoras como *cc*, *mm*, *tt*, nas quais devido a reformas ortográficas ocorridas foram perdendo sua utilidade, ao ponto de serem eliminadas da escrita usual portuguesa, é utilizado o *z* em palavras que hoje utiliza o *s*. Muitas palavras acentuadas hoje, não são acentuadas nesta obra, bem como palavras que recebiam acento perderam a acentuação.

Ribeiro (1933), já apresenta algumas modificações, nas quais são mencionadas na elaboração desta dissertação, mas mantém o uso de palavras geminadas, do *y*, *ph*, *ch*, *th*, *ct*,

como na obra anterior. Há pequenas modificações quanto ao uso do *z*, e algumas acentuações gráficas.

Na obra de Pereira em 1935, já vê mais modificações na ortografia, como será observado no decorrer da apresentação das palavras selecionadas para estudo. Apesar de manter ainda o uso das consoantes aspiradas compostas pelo *h*, do *y*. Na qual o próprio autor afirma que se mantinha em uso por motivos etimológicos. O autor, traz nesta obra, o projeto de reforma ortográfica, que previa a proscricção do *y*, *ph*, *ct*, *ch*, *th*, e mudanças quanto ao uso do *z* e *s*. Bem como de acentuação gráfica, que acabaram se tornando em regra ortográfica, como se pode ver a partir da obra do mesmo autor em 1958.

Em 1958, Pereira apresenta as modificações que a reforma ortográfica prescrevia. Na qual não se fazia mais uso de consoantes duplas, do *y*, entre outras modificações que serão analisadas mais a frente. Porém, o autor ainda traz algumas palavras com acentuações que se percebe a mudança na obra de Cunha e Cintra (1985).

Cunha & Cintra (1985), como os próprios autores afirmam, “trata-se de uma tentativa de descrição do português atual, na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá” período este que está incluído de 1969, partindo da obra de Joaquim Matoso Câmara Junior, a 1985, ano da publicação da gramática em estudo. Porém como se sabe, estes autores, apesar de ter uma gramática mais moderna, ainda apresentam ortografia desatualizada, devido à reforma ortográfica ocorrida em 2009.

### 3.4 Análise das Ocorrências

O primeiro texto que iremos analisar encontra-se na página I do Almanack Corumbaense (1898).

**Citação 1:** “À terra mattogrossense<sup>1</sup>, em particular, e à Communhão<sup>2</sup> Brazileira<sup>3</sup>, em geral, offereco<sup>4</sup> o *Almanack Corumbaense* para 1898”. (p. I)

**Apresentação das palavras: 1. Mattogrossense:** Pereira (1907) faz uso de palavras com consoantes geminadas, explicando que, quanto aos “valores fonético das consoantes”, lemos que o *t* “nas gemações e no final de certas palavras estrangeiras é, em geral insonoro: *atenção, chalet, carnet...*” (p. 19). Na página 46, o mesmo autor, em uma análise fonológica, refere-se às consoantes dobradas ou geminadas do vocábulo “mettas”, afirmando que sua grafia se justifica na etimologia ou na forma originaria do vocábulo, pois que “só a etymologia pode justificar consoantes dobradas ou insonoras”.

Ainda Pereira (1097, p. 35), ao conceituar o sistema etimológico, diz que o mesmo consiste em representar os sons vocabulares aproximando-os de sua forma gráfica originária. Não representam meramente os sons, mas a forma histórica do vocábulo, a forma na língua da qual procede, ex.: “afflicto, acção, gymnasio, acto, hábil, phthysica, inceptar, exempto, schisma”. E na página 42, afirma que não se escreve consoante dobrada ou insonora sem motivo etimológico.

Ribeiro (1933), faz uso de palavras com consoantes insonoras, ex.: “grammatica” (p. 9), “diferentes” (p. 10), “commetemos” (p. 20), etc. Porém não traz nenhuma abordagem direta sobre o uso destes vocábulos com consoantes agrupadas.

Pereira (1935, p. 34), aborda que

No corpo dos vocabulos apparecem frequentemente duas, e ás vezes, trez consoantes agrupadas, idênticas ou diferentes – *atenção, acto, pacto, extracto, estranho. Em muitos desses grupos a primeira dessas consoantes tem perdido o valor phonetico, e é insonora, e só apparece na palavra escripta por uma tradição teymologica.*

Esta obliteração do som da prepositiva deu-se em portuguez uniformemente nos grupos geminados: - *bb, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt* – *abbade, addição, affirmar, aggregar, collegio, consummar, solenne, approvar, carro, passar, atento.*

Pereira (1935), no entanto, ainda faz uso de palavras com consoantes geminadas, em desuso atualmente. Na página 102, o autor, conceitua o sistema etimológico, afirmando que este sistema consiste em

se approximar, quanto possivel, a fôrma graphica actual da fôrma graphica original conhecida. Tal tendencia se manifesta na conservação de *consoantes* cujos valores phoneticos primitivos se acham actualmente atrophiados ou obliterados (*atenção, acto, afflicto*), e na conservação de vogaes cujos valores phoneticos primitivos se acham alterados na pronuncia actual (*suberbo* por *soberbo, similhante*, por *semelhante*).

O autor afirma que três elementos caracterizam o sistema etimológico, na qual citar-se-á dois, pois estão relacionados ao assunto em estudo: conservação da prepositiva insonora dos grupos consoantes, ex.: “*affirmar, adduzir, acto, escripto*” e do “h” etimológico “*homem, honra, attrahir*”. E conservação dos diagramas gregos “*ch, th, ph, rh* – *character, charidade, theatro, philosophia, rhetorica*”. (p. 103)

Pereira (1958) apresenta regras de mudanças sobre o uso de consoantes insonoras:

Não se escrevem as consoantes que se não proferem: *asma*, *assinatura*, *ciência*, *diretor*, *ginásio*, *inibir*, *inovação*, *ofício*, *ótimo*, *salmo*, e não *astma*, *assignatura*, *sciencia*, *director*, *gymnasio*, *inhibir*, *innovação*, *officio*, *optimo*, *psalmo*". "Em sendo mudo o *p* no grupo *mpc* ou *mpt*, escreve-se *nc* ou *nt*: *assuncionista*, *assunto*, *presunção*, *prontificar*, etc. (p. 55)

O autor cita também os

vocábulos cujas consoantes facultativamente se pronunciam, pondo-se em primeiro lugar o de uso mais generalizado, e em seguida o outro. Assim, serão consignados, além de outros, estes: *aspecto* e *aspeto*, *característico* e *caraterístico*, *circunspecto* e *circunspeto*, *conectivo* e *conetivo*, *contacto* e *contato*, *corrupção* e *corrução*, *corruptela* e *corrutela*, *dactilografia* e *datilografia*, *espectro* e *espetro*, *excepcional* e *excecional*, *expectativa* e *expetativa*, *infecção* e *infeção*, *optimismo* e *otimismo*, *respectivo* e *respetivo*, *secção* e *seção*, *sinóptico* e *sinótico*, *sucção* e *sução*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *tacto* e *tato*, *tecto* e *teto*. (1958, p. 55)

Afirmando ainda que "elimina-se o *s* do grupo inicial *sc* celerado, cena, cenografia, ciência, cientista, cindir, cintilar, ciografia, cisão, etc." (1958, p. 55).

Em Cunha e Cintra (1985), encontramos a regra sobre encontro consonantais, como "*gn, mn, pn, os, pt, tm*", na qual cita: "*gnomo*", "*pneumático*", "*ptialina*", "*mnemônico*", "*psicólogo*", "*tme-se*", "*apto*", "*digno*", "*ritmo*". Porém sem uso, ou mesmo menção das palavras que sofreram alterações, citadas pelos outros autores.

As palavras "**2. *Communhão***", e "**4. *Offereço***" citadas no texto escolhido, também entram nestas mesmas regras e pareceres. Do *Almanack Corumbaense*, podemos citar ainda muitos outros vocábulos que cabem nestas regras e conceitos: "***commercial***", "***protecção***", "***insucedido***", "***commettimento***" (p. I); "***actual***", "***intelligencia***", "***aplicação***", "***scientifico***", "***attestam***", "***funções***" (p. II); "***programma***", "***applausos***", "***difficil***", (p. III); "***anno***" (p. IV); "***soffrido***", "***soccorido***", "***Assumpção***", "***aproximação***" (p. X). Estas entre outras tantas citadas no referido almanaque, com consoantes geminadas, sofreram alterações, conforme foi observado, a partir de Pereira (1958).

**3. Brasileira:** deriva da palavra *Brazil*. Pereira (1907) logo nas primeiras páginas da obra, no "Parecer da Congregação de Sciencias e Letras, equiparado ao Gymnasio Nacional", traz a grafia "Brazil", com "z", como no *Almanack Corumbaense*.

Ribeiro (1933), apesar de utilizar o “z”, para referir-se a alguns adjetivos pátrios, como: “*portuguesa*”, “*francezes*” e “*inglezes*”, escreve “Brasil” (p. 6) com “s”.

Pereira (1935, p. V) traz “Brasil”, como “s”. Porém, assim como Ribeiro (1933), Pereira (1935) mantém o uso do “z”, como se lê na página 3: “*portuguez*”, “*inglez*”.

O autor, no entanto, nesta mesma obra traz a pauta, a reforma gramática brasileira, na qual afirma:

A Academia Brasileira de Letras aprovou, em 1907, um projecto de reforma orthographica, que, alterado posteriormente, consigna as seguintes modificações das *consoantes* e das *vogaes* na transliteração dos vocabulos da língua:

[...]

2º Substituição do s pelo z, sempre que tiver o valor desta letra: *caza, roza, cheiroza, meza, defeza*, por – *casa, rosa, cheirosa, mesa, defesa*. (p. 106 e 107)

Projeto este que entrou efetivado após 1935 e antes de 1958, pois, Pereira (1958) já traz a escrita com as modificações previstas, que permanecem até a presente data, como se lê: “*português*”, “*francês*” (p. 15).

Cunha e Cintra (1985) fazem uso do termo “*português*” (p. XIII), com a devida adequação.

Outras palavras do almanaque em estudo, podem ser referidas aqui: “*paiz*” (p. I); “*mezes*” (p. IV). “*inglezes*” (p. IX); “*formozura*” (p. X); “*trez*” (p. X); “*meza*” (p. 6); “*holandez*” (p. 11); “*caza*”, “*freguezes*” (p. 38).

**Obs.:** Cabe aqui algumas considerações sobre o uso das palavras “*trez*” e “*tres*”, “*meza*” e “*mesa*”, e “*caza*” e “*casa*”, no *almanaque*, objeto deste estudo. O autor não se prende a uma regra específica, nem adota um padrão para sua obra, pois, ora faz uso do “z” ora do “s”. Para uma melhor visualização, foram escolhidos textos para exemplificar cada forma de grafia, na qual far-se-á um paralelo entre eles, e os autores bases desta análise.

**Trez e tres:** Ambas as formas sem acento no “e”.

**Citações:** “[...] Infelizmente a Companhia de Navegação *Lloyd Brasileiro*, ainda não se resolveu a brindar-nos com **trez** viagens mensaes...” (p. X).

“DOSE: Para crianças **tres** colheres de chá por dia e para adultos **tres** colheres de sopa.” (p. 64)

**Apresentação das palavras:** Em 1907, Pereira utiliza em sua *Grammatica Expositiva*, logo na página 1, o vocábulo “**tres**”, sem acento no “e”, terminado em “s”; Ribeiro (1933, p.



11) lê-se “tres”, sem acento no “e”, terminado em “s”. No entanto, em Pereira (1935) encontramos “trez” (p. 34), sem acento no “e”, terminado em “z”. Em Pereira (1958, p. 21), já se encontra a adequação da palavra, conforme se lê hoje, “três”, com acento no “e” e com o “s” no final. Cunha e Cintra (1985, p. XIV) a grafia encontrada é a mesma de Pereira (1958), “três”.

**Meza e mesa:** ambas as formas de grafia são utilizadas por D’Elia (1898), como se observa nestas citações:

**Citações:** “O criado traz a meza uma cabeça de porco sem miolos” (p. 6).

“Sortimento grande lampeões para mesa e de pendurar.” mesa (p. 28).

**Apresentação das palavras:** Pereira (1907, p. 205) faz uso de “mesa”. Ribeiro (1933, p. 26) escreve “mesa”; Pereira (1935, p. 79) “mesa”; Pereira (1958, p. 229) “mesa”; Cunha e Cintra (1985, p. 174) “mesa”.

**Caza e casa:** ambas as formas de escrita são utilizadas no referido almanaque, como se observa nestas citações:

“A CASA ECONOMICA é a que vende café brasileiro de 1ª qualidade mais barato do que qualquer outra **casa**...” (p. 37).

“N’taes **caza** encontrarão os freguezes completo sortimento de sarjas...” (p. 38).

Pereira (1907, p. 47) faz uso de “casa” com “s”; Ribeiro (1933, p. 72) “casa”; Pereira (1935, p. 135) “casa”; Pereira (1958, p. 99) “casa”; Cunha e Cintra (1985, p. 130) “casa”. Nenhum destes autores foram adeptos da corrente que trocava “s” por “z” em “mesa” e “casa” – grafia atual. As regras e normas para estes exemplos já foram apresentados logo acima. Foram postos aqui apenas como observação para o fato de que a gramática estava passando por um momento de transição, e, o autor da obra referida, não teve a preocupação com alguma padronização gramatical.

**Citação 2:** No Almanack Corumbaense, na página IV, lemos sobre Dr. Manoel José Murtinho: “É um vulto saliente na historia<sup>1</sup> do Estado, tanto nos annaes<sup>2</sup> da jurisprudencia<sup>3</sup>, como nos fastos da politica<sup>4</sup>...”

**Apresentação das palavras: 1. Historia:** Pereira (1907) podemos encontrar muitas palavras que hoje são acentuadas, sem o acento, e muitas que eram acentuadas hoje já perderam a acentuação. Não há regras definidas para se proceder a acentuação. Ex.: “*lingua*” (p. 22); “*amizáde*” (p. 25); “*vocabulos*” (p. 26)

Ribeiro (1933), ainda faz uso de palavras hoje acentuadas sem o acento, como se pode ver nestes exemplos: “*historico*”, “*lingua*” (p. 10).

Pereira (1935), faz uso de palavras sem acento, que hoje não recebem acento, e usa sem acentuar palavras que hoje são acentuadas. Ex.: “*lingua*”, “*fórmās*”, “*historica*” (p. 2).

Em 1958, Pereira já traz em sua obra, com palavras acentuadas como a ortografia mais moderna, bem como regras mais definidas, para as oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Ex.: “*histórica*” (p. 22); “*vocábulos*”, “*língua*” (p. 23). Porém ainda encontramos palavras acentuadas de maneira diferente do atual, por exemplo: “*gràficamente*” (p. 63); “*indelêvelmente*” (p. 64)

Cunha e Cintra (1985, p. 130), adota o sistema de acentuação gramatical mais moderna. Ex.: “*horrível*”, “*pálido*” (p. 64); “*graficamente*” (p. 70)

Obs.: Ao fazer referência sobre acentuação mais moderna, refere-se às regras ortográficas que ocorrem antes de 2009, visto que, nesse ano, houve a reforma ortográfica, quando muitas palavras acentuadas até então, perderam o acento, por exemplo: “*ideia*”, que a anos atrás recebia o acento agudo “*idéia*”, o trema foi abolido da grafia gramatical, por exemplo, “*Linguíça*” sendo mantido apenas em nomes estrangeiros.

As palavras “**3. Jurisprudencia**” e “**4. Política (substantivo)**”: também entram na análise acima. No almanaque em estudo, encontram-se, também outras palavras que hoje são acentuadas, sem o acento. Cita-se: “*academico*” (p. 62); “*republica (substantivo)*” (p. II); “*economico*”, “*glorias (substantivo)*” (p. III); “*historia (substantivo)*” (p. IV); “*preparatorios*” (VI).

Palavras que no Almanaque recebem acento, e atualmente não são mais acentuadas. Ex.: “*bôas*” (p. VII); “*fóros*” (p. IX); “*símples*” (p. IX); “*continúa*” (p. X).

Obs.: Foi possível notar que no período que compreende de 1898 a 1985, a ortografia portuguesa, no Brasil, passou por mudanças, a princípio antes de 1935, pode-se observar logo após entre 1935 e 1958, e por último entre 1958 e 1985.

**2. Annaes:** quanto às vogais duplas, já se fez abordagem na citação 1, neste momento será analisada a terminação *aes*. Pereira (1907) utiliza palavras terminadas em *al*, no plural terminando com “*aes*”, como: “*actuaes*” (p. I); “*moraes*” (II). Ribeiro (1933, p. 9) também faz uso desta forma pluralizada “*geraes*”.

Pereira (1935) ainda utiliza *aes* em vez de *ais*. Ainda no prologo se lê: “[...] a solução dos problemas *geraes*”, (p. I). No entanto, na página 160, apresenta a seguinte regra “Os nomes que actualmente terminam em – *al*, – *ol*, – *ul*, faziam o plural no v. port. de accordo com a tradição latina, em – *ales*, – *oles*, – *ules*: capital – capitales, sol – soles, paul – paules. Do sec. XVI em diante, pela queda do *l* intervocálico, fixaram-se os plurais – *capitales*, *soles*, *paules*.”

Pereira (1958, p. 91), quanto as regras para a formação do plural, terceira regra: “Os nomes terminados em *al*, *ol* e *ul* perdem o *l* e recebem *is*: *canal* – *canais*, *sol* – *sóis*, *azul* – *azuis*, *taful* – *tafuis*.”

Cunha & Cintra (1985, p. 179) apresenta regra semelhante, quanto a formação do plural. 3 – Os substantivos terminados em *-al*, *-el*, *-ol* e *-ul* substituem no plural o *-l* por *-is*.

No *Almanack Corumbaense* (1898) aparecem com *aes*, muitas palavras que hoje são terminadas em *ais*: “*geraes*” (p. III); “*arraes*” (p. VIII); “*principaes*”, “*commerciaes*”, “*iguaes*” (p. XI); “*quaes*” (p. 6); “*medicinaes*” (p. 35).

Obs.: A regra para modificação do *aes* para o *ais* provavelmente ocorre entre 1935 e 1958.

**Citação 3:** “*Em sua mocidade, fez com brilhantismo os seus preparatorios, matriculando-se ao depois na Escola Polythchnica, d’onde sahio<sup>1</sup> com o seu diploma de engenheiro.*” (p. VI)

**Apresentação da palavra: 1. Sahio:** será feito uma referência ao uso do *h*, em caso de hiato. De acordo com Pereira (1907, p. 43)

Para indicar *hiato* nos grupos vocalicos *finaes*, emprega-se o *h*: - *bahu*, *Juhu*, *Tambahu*, *ahi*, *cahir*, *sahir*, *attrahir*, *distrahir*, *esvahir*, *cahia*, *sahi*, *attrahi*; e tambem nos outros tempos desses verbos onde houver hiato – *cahimos*, *cahiria*, *cahirei*, etc.

**Nota:** Excluem alguns o *h* de *cahir*, *sahir* e *esvahir*, por não o exigir a etimologia. Não achamos sufficiente razão.

Segundo Ribeiro (1933, p. IV), “No portuguez antigo e no mesmo periodo classico, o *h* é um symbolo de aspiração de vogal ou hiato: *távoha*, *meheu*, *taboa*, *meu*. Ainda é usado com egual intuito em: *cahia* (*cair*), *sahiu*, *bahia*.”

Em Pereira (1935, p. 14), há ocorrência dos termos “*ahĩ*”; “*dahĩ*” (p. 17); “*sahir*” (p. 49), sem referência quanto ao uso do *h* nestas palavras, porém, na página 75, há seguinte comentário: “no portuguez archaico apparece, entretanto, o *h* em muitos vocabulos sem razão etymologica, conservando-se ainda alguns delles em nossa orthographia actual.”

Pereira (1958) já faz uso das palavras “*aĩ*” (p. 17); “*daĩ*” (p. 21); “*saía*” (p. 62). Não há referência de alteração quanto ao uso de *h* nestes casos. Há no entanto a regra quanto a mudança referente a consoantes mudas, na qual “não se escrevem as consoantes que se não proferem...”, como já foi mencionado anteriormente.

Cunha & Cintra (1985), mantém a ortografia destes casos como ocorre em Pereira (1958).

Palavras do almanaque que cabem nestas regras: “*prohibem*” (p. 46); “*ahi*”, “*trahidor*” (p. 94).

**Citação 4:** “[...] o movimento revolucionario estendeu-se á Cuyabá<sup>1</sup>, obrigando-o a deixar o alto cargo de que se achava revestido e a retirar-se para o exterior, o que não o fez sinão<sup>2</sup> depois de um enérgico protesto publicado pela imprensa.” (p. V)

**Apresentação das palavras: 1. Cuyabá:** será abordada a ocorrência do y em muitas palavras, na qual foi substituído pelo i. Pereira (1907, p. 6) “O y é letra grega, tem o mesmo valor phonico que o i, e só é usada em palavras oriundas do grego ou de linguas estrangeiras – *psychologia, tilbury.*”

Ribeiro (1933) faz uso de palavras possuem o y com som de i, tais como: “*analyse*” (p. 9); “*syntaxe*” (p. 10); “*symbolos*” (p. 16); “*laryngeo*” (p. 18); “*etymologia*” (p. 69). Mas não faz nenhuma referência específica quanto ao uso do y como ocorre em Pereira (1907).

Pereira (1958, p. 54) apresenta algumas reformas ortográficas e entre elas está quanto ao uso do y, onde diz que “o y é substituído pelo i, ainda se emprega em abreviaturas e como símbolo de alguns tēmos técnicos e científicos: Y=ítrio; yd=jarda, etc”.

Em Cunha & Cintra (1985) não aparece nenhuma ocorrência de palavra com o y, porém fazendo a ressalva de que o y “só se emprega em dois casos: na transcrição de nomes próprios estrangeiros e de seus derivados portugueses”. Citando como exemplo: “Byron” – “byroniano”. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 63).

Pode-se citar ainda do *Almanack* outras palavras que traz uso do y onde hoje se usa o i: “*Paraguay*” (p. IX); “*physionomia*” (p. XIV); “*mysterioso*” (p. 4); “*hygienica*” (p. 9); “*lyrial*” (p. 21); “*dyspepsia*” (p. 23); “*larynge*”, “*hydrogene*” (p. 24).

**2. Sinão:** o si foi substituído pelo se, hoje o uso correto é *senão*. Pereira (1907, p. 315) “*Sinão* exprime contraste com phrase negativa [...] *Sinão quando* equivale a *porém quando menos se esperava*, é advérbio”.

Em Ribeiro (1933), encontra-se ocorrência de “*senão*” (p. 173), mas nenhum comentário sobre o uso do mesmo como o faz Pereira (1907).

Pereira (1958, p. 372) menciona a regra sobre a conjunção coordenativa *senão*, onde afirma “*Senão* exprime contraste com frase negativa [...] *Senão quando* equivale a *porém quando menos se esperava*; é advérbio”.

Cunha & Cintra (1985) faz uso de “senão”, mas não traz nenhuma observação ou regra direta para o uso do mesmo, mas faz referência ao “se não”, sobre conjunções subordinativas:

Condicionais (iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária para que seja realizado ou não o fato principal): *se, caso, contanto que, salvo se, sem que [= se não]. Dado que, desde que, a menos que, a não ser que, etc.* (p. 572)

Obs.: Ao que parece a mudança ocorre entre 1907 e 1933, visto que em Ribeiro (1933), já se encontra ocorrência da palavra modificada.

**Citação 5:** “*Dr. Antonio Corrêa da Costa, e retirou-se para o Rio de Janeiro, coberto das bençôes<sup>1</sup> e dos applausos uníssonos de um povo inteiro, que ele soube sabiamente dirigir e orientar*”.

**Apresentação da palavra: I. Bençôes:** o uso das palavras *bençôes* e *bênçãos* – plural terminado em *ões* e *ãos*. De acordo com Pereira (1907, p. 58) os substantivos:

terminados em *ão* átono, que também se grafam *am*, formam uniformemente o seu plural com o acrescentamento de um *s*, de acordo com a 1ª regra; exs: *órfão* ou *orpham*, - *órfãos* ou *orphams*, *sótão* ou *sotam* – *sotãos* ou *sotams* – ***bençã*** ou ***bençam*** – ***bençãos*** ou ***bençams*** – *zangão* ou *zangam* – *zangãos* ou *zangams*.

Segundo Ribeiro (1933, p. 134), “os nomes *benção*, *cidadão*, *vilão*, podem fazer o plural *ãos* ou *ões*”.

Pereira (1935) na página 49 traz a seguinte observação: “- O nosso povo guarda ainda a pronúncia etimológica em – *benção*, *bençôes*...”

De acordo com Pereira (1958, p. 90) os substantivos “terminados em *ÃO* átono formam uniformemente o seu plural com o acréscimo de *s*, de acordo com a 1ª regra, exemplos: *órfão* – *órfãos*, *sótão* – *sotãos*, *bênção* – *bênçãos*...”. O autor observa que “há muitos substantivos oscilação na formação do plural; daí os plurais DUPLOS e TRIPLOS”, porém “*benção*”, não aparece entre eles, ficando no comentário já apresentado.

Cunha e Cintra (1985, p. 176), afirmam que

um número pequeno de oxítonos e todos os paroxítonos acrescentam simplesmente um *-s* à forma singular”. Os autores observam no entanto, que “para alguns substantivos finalizados

em *-ão*, não há ainda uma forma de plural definitiva e fixada, notando-se, porém, na linguagem corrente, uma preferência sensível pela formação mais comum, em *-ões*.

Obs.: Na página 19, do referido almanaque, é utilizada a palavra “bençãos”, em “Trovas da Terra”.

**Citação 6:** Na Página VII, do Almanack Corumbaense, lemos: “*Retirado á vida privada, continuou trabalhando activamente como um dos incorporadores e membro da Directoria da Companhia Matte Laranjeira, que trabalha com feliz successo na extracção da preciosa herva-matte<sup>1</sup>, uma das boas fontes de riqueza do paiz.*”

**Apresentação da palavra: 1. *herva-matte*:** uso do *h* no início da palavra que hoje se usa sem o *h*. Em Pereira (1907), não foi encontrado ocorrência da palavra “*herva*” ou “*erva*”, no entanto há uma observação quanto ao uso do *h*.

O *h* não representa por si som nenhum, não é propriamente falando, uma *letra*; porém já tem seu logar tradicional no alfabeto. Serve para formar as letras compostas ou *digrammas* *nhe* e *lhe*, para indicar leve aspiração nas interjeições – *oh! Ha, ha, ha!* E serve de notação etymologica, como em *homem*. (p. 5-6)

Em Ribeiro (1933) também não se encontrou registro da palavra “*herva*” ou “*erva*”, porém o autor observa que, “no *latim* vulgar as consoantes são as mesmas da lingua classica, com a perda do *h* que se tornou mero signal ou dessappareceu (*aprehendere*) aprender...” (p. 26)

Pereira (1935, p. 73) traz a seguinte observação quanto ao uso do *h*, sem ocorrência do vocábulo em questão.

O *h* representava primitivamente uma aspiração, como o *h* de certas palavras inglesas.v. gr. *Horse*, e assim occupava ele um logar entre as consoantes latinas. Porém, durante o Imperio, perdeu elle esse valor, e, com essa perda, o seu caracter de letra.

E na página 75, o autor complementa, afirmando que

O *h* teve, por certo, no *latim* archaico, um valor fortemente aspirado, mas já no tempo de Cicero havia este valor desaparecido, sendo apenas artificialmente mantido nas escolas e no fallar de gente culta (Bourciez). Abundam nas inscripções as graphias – *omo, abere, eres*, por – *homo, habere, heres*. A ausencia do *h* indicava plausivelmente a pronuncia

popular. O *h*, pois, figura, não só no vernáculo, mas no próprio latim, como mero expoente etimológico.

No português arcaico aparece, entretanto, o *h* em muitos vocabulários sem razão etimológica, conservando-se ainda alguns deles em nossa orthographia actual.

Pereira (1958) na página 54, quanto ao uso do *H*, item 14, observa que

Quando a etimologia o não justifica, não se emprega: *arpejo* (substantivo), *ombro*, *ontem*, etc. E mesmo que o justifique, não se escreve no fim de substantivos nem no começo de alguns vocábulos que o uso consagrou sem este símbolo: *andorinha*, *erva*, *felá*, *inverno*, etc.

Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 176),

“o *h* usa-se apenas:

- a) No início de certas palavras: haver – hoje – homem.
- b) No fim de algumas interjeições: ah! – Oh! – Uh!
- c) No interior de palavras compostas, em que o segundo elemento, iniciado por *h*, se une ao primeiro por meio de hífen: anti-higiênico – pré-histórico – supher-homem.
- d) Nos dígrafos *ch*, *lh* e *nh*: chave – talho – banho.”

Conforme (Bechara, 2008) o Novo Acordo Ortográfico, emprega-se o hífen nos compostos sem elemento de ligação quando o 1º. Elemento está representado pela forma **mal** e o 2º elemento começa por vogal, *h* ou *l*:

**Exemplo:** *mal-afortunado*, *mal-entendido*, *mal-estar*, *mal-humorado*, *mal-informado*, *mal-limpo*.

**Citação 7:** “**Occupa**<sup>1</sup> como 1.º Vice-Presidente, actualmente, a cadeira presidencial do Estado, em virtude de **tel-a**<sup>2</sup> deixado o respectivo proprietário, Dr. Antonio Corrêa da Costa.” (p. VIII).

**Apresentação das palavras: 1. Occupa:** o uso do *cc*, se encaixa nas regras apresentadas na citação 1, quanto as consoantes duplicadas, no entanto, por haver observações exclusivas em Pereira (1907), achou-se interessante acrescentar, a nível de conhecimento. Segundo Pereira (1907, p. 13), “nos grupos *cc*, *cç*, *ct*, o *c*, primeira consoante, ora soa, ora não”. Na qual o autor em nota afirma que:

Manda o Dicionário Contemporâneo pronunciar-se o *c* em – *facto*, *factura*, *factor*; porém estes vocabulários, já no domínio do povo, soffre visivelmente a acção da corrente simplificadora,

e é rarissimo, em nosso meio, ouvir-se soar o *c* na prolação delles. (*Idem*, p. 14)

Para as demais obras: Ribeiro (1933), Pereira (1935), Pereira (1958) e Cunha & Cintra (1985), cabem as regras e observações realizadas para a citação 1.

**2. tel-a:** o autor do referido Almanaque usa o hífen antes do *a*, separando assim o *l* do *a*, a forma usual hoje é *tê-la*. Segundo Pereira (1907, p. 37) “O hyphen ou risca de união (-) tem quatro funções orthographicas: [...] 2º Liga os pronomes oblíquos – *me, te, se, nos, vos*, propostos aos verbos, e os separa, intercalados: *falou-me, amal-o, âma-lo, amar-te-ei, digo-vol-o.*”

Ribeiro (1933) utiliza a grafia conforme se lê no Almanack. Na qual afirma

O accusativo *o* da terceira pessoa (*illum*), é o que chamamos artigo definido, e tinha outr’ora a fórma *lo* (*illum*), de que ainda se encontrava vestígios conservados pela eufonia: *vol-o* deu = *vos-o* deu; *dil-o* = *diz-o*; *amal-o* = *amar-o*. A mesma razão da euphonia levou a dizer: *amam-no*. (RIBEIRO, 1933, p. 156)

Pereira (1935) já utiliza a forma ortográfica atual. Ex.: *di-lo* (p. 40). O autor objetiva que

Enclíticos (gr. De *enclinein* = *inclinar-se*) são as partículas fracas que na pronuncia se incorporam no termo antecendente, fazendo com elle um tudo prosodico: - *amar-se, amar-se-lhe, di-lo, eis-me*. Com as enclíticas, a *tónica* póde recuar aquém da antepenultima, como: *âma-se-lhe*. (PEREIRA, 1935, p. 40)

Obs.: Ao que parece quanto a esta forma de escrita, o autor obedece à reforma ortográfica a que faz referência na página 116,

Prende-se com hyphen:

a) O pronome *enclítico* e os prefixos *bem* e *mal*, do seguinte modo: *amá-lo, devê-lo, sê-lo, tenho-o, tem-no, tem-lo* (= *tens-lo*), *temo-lo, tende-lo* (indic. E imper.), *dizê-lo, dize-lo, vê-mo, vê-to, vê-lho, vê-no-lo, dai-lhe* – *bem-aventurado, bem-aventurança, bem-estar, mallogrado* (e também *malogrado*, como *malogro, malograr*).

A maioria das reformas apresentadas neste tópico pelo autor não foram adotadas nesta edição.



Pereira (1958, p. 61) faz referência ao uso de *l*, na qual “depois de *a*, *e* e *o*, se assimilaram o *r*, o *s* e o *z* ao *l* do pronome *lo*, *la*, *los*, *las*, caindo depois do primeiro *l*; *dá-lo*, *conta-la...*”, ou seja, traz a obra com a devida adequação gramatical.

Cunha & Cintra (1985) traz a seguinte regra quanto ao uso de hífen em uma ênclise:

A ênclise é mesmo de rigor quando o pronome tem a forma *o* (principalmente no feminino *a*) e o infinitivo vem regido da preposição *a*: *se soubesse, não continuaria a lê-lo*. (R. Barbosa, EDS, 743).

Do Almanaque objeto deste estudo, ainda podemos destacar outras palavras que cabem nesses conceitos: “*compral-o*” (p. 16); “*obrigal-o*” (p. 42); “*passal-o*” (p. 43).

**Citação 8:** *É um dos vultos mais importantes e sympathicos<sup>1</sup> da actual politica, onde sempre occupou honrosa posição. (p. VIII, parágrafo 2)*

**Apresentação da palavra: I. *sympathicos*:** o uso do *y*, já foi referenciado na citação 4, quanto a palavra *Cuyaba*, apesar de ser empregada de maneira diferente, aquelas foram as únicas justificativas encontradas para o uso do mesmo. Aqui será abordado o uso do *h* com as consoantes *c*, *t*, *p* – *ch* (*som de c*), *th* (*som de t*), *ph* (*som de p e de f*). De acordo com Pereira (1907, p. 6), há quatro consoantes aspiradas, originárias do grego, desnecessárias na fonação ou pronúncia latina, a *theta* representado pelo *th*; a *phi* representado pelo *ph*; a *psi* – *ps*; e a *chi* pelo *ch*. Exemplo: *theatro*, *filosofia*, *psychologia*, *orchestra*.

Ribeiro (1933) menciona apenas sobre o uso do *h*, na qual já foi disposto na citação 7.

Quanto a Pereira (1935) vale o que foi dito na citação 7. Porém, como o próprio autor afirma, em 1907 a Academia Brasileira de Letras aprovou um projeto para reforma ortográfica, entre eles, destacamos o uso do *h*, na qual regula a: “5º Proscrição dos grupos gregos – *ph*, *th*, *ch*, *rh*, substituídos pela letra simples correspondente: *filozofia*, *ortografia*, *orquestra*, *coro*, *retorica*, por *filosofia*, *orthographia*, *orchestra*, *choro*, *rhetorica*.” (PEREIRA, 1935, p. 107)

Pereira (1958, p. 55), quanto ao uso do “h”, faz referência à reforma ortográfica naquele ano, onde rege que

Não se escreve *h* depois de *c* [...] nem depois de *p*, *r*, e *t*: *ph* é substituído por *f*, o *ch* (gutural) por *qu* antes de *e* ou *i* e por *c* antes de outra qualquer letra: *corografia*, *crístão*; *querubim*, *química*; *farmácia*, *fósforo*; *retórica*, *ruibarbo*; *teatro*, *turíbulo*; etc.

Em Cunha & Cintra (1985), sem menção das consoantes aspiradas que foram eliminadas do vocabulário português no Brasil, após 1935.

Do *Almanack Corumbaense* (1898), há outras palavras se encaixam no enunciado apresentado aqui: “*catholico*”, “*architectura*”, “*Theatros*” (p. XI); “*orthografia*” (p. 21); “*pharmaceutico*” (p. 23); “*phosphato*” (p. 64).

**Citação 9:** *A população de Corumbá, adicionada á de Ladario é recentemente calculada em 9000 habitantes, sendo muito para notar-se que d’entre<sup>1</sup> as cidades do Brazil de tão pequena população, é esta, talvez, a que se acha em melhor estado de civilização e prosperidade.* (p. XIII)

**Apresentação da palavra: I. d’entre:** em Pereira (1907, p. 37), encontramos a seguinte definição quanto ao uso do apóstrofo.

O apostropho (’) indica a supressão de um phonema: *est’outro, m’o, d’este, esp’rança, co’ este, por este outro, me o, esperança, com este.*

O uso geral dispensa o *apostropho* nas seguintes contracções: do, delle, deste, desse, daquelle, no, nelle, neste, nesse, naquele, dahi, donde.

Nesta obra, não encontramos a utilização do apóstrofo pelo autor.

Ribeiro (1933, p. 61) aborda este assunto, ao comentar sobre elisão, e assim se expressa:

No enunciado da phrase ligam-se as palavras, observando-se a elisão das vogaes.

A+e (quando o **a** não é accentuado) se contraem na phrase em **e**: *toda esta gente, inda é cedo* (tod’esta gente, ind’é cedo); *cousa é sabida* (cois’ é sabida).

A+o não se unem em geral: *esta obra* (=estaobra). Mas diz-se: *outr’ora, ess’hora, aquell’outra*. Parece ser um fenômeno antigo e morto.

[...]

Com a partícula de ha elisão: *praça d’Elvas, villa d’Almeida. Em d’esse, d’esta, d’aqui, d’alli, d’um, d’outro.*

Ribeiro (1933) faz uso da elisão em sua obra.

Na *Grammatica Historica* de Pereira (1935), não constam palavras que utilizam o apóstrofo, bem como não há menção sobre o uso do mesmo, ou sobre elisão. No entanto em sua obra *Gramática Expositiva* (1958), apesar de não ser constatado o uso de apóstrofo, Pereira traz a seguinte regra:

### Apóstrofo

Limita-se o emprêgo do apóstrofo aos seguintes casos:

1º - Indicar a supressão de uma letra ou letras no verso, por exigência de metrificação: *c'oroa, esp'rança, of'recer, 'star*, etc.

2º - Reproduzir certas pronúncias populares: *'tá, 'teve*, etc.

3º - Indicar a supressão da vogal, já consagrada pelo uso, em certas palavras compostas ligadas pela preposição *de*: *dopo-d'água* (planta; lanche), *galinha-d'água, mãe-d'água, ôlho-d'água, pau-d'água* (árvore, ébrio), *pau-d'alho, pau-d'arc*, etc.

**Observação**, - Restringe-se o emprêgo do apóstrofo a êsses casos, cumpre não se use dêle em nenhuma outra hipótese. Assim, não será empregado:

a) nas contrações das preposições *de* e *em* com artigos, adjetivos ou pronomes demonstrativos, indefinidos, pessoais e com alguns advérbios: *del* (em *aqui-del-rei*); *dum, duma* (a par de *de um, de uma*), *num, numa* (a par de *em um, em uma*); *dalgum, dalguma* (a par de *de algum, de alguma*), *nalgum, nalguma* (a par de *em algum, em alguma*); *dalguém, nalguém* (a par de *de alguém, em alguém*); *doutrem, noutrem* (a par de *de outrem, em outrem*); *dalgo, algures* (a par de *de algo, de algures*); *daquém, dalém, dacolá* (a par de *de aquém, de além, de acolá*); *doutro, noutro* (a par de *de outro, em outro*); *dêle, dela, nêle, nela; dêste, desta, neste, nesta, daquele, daquela, naquele, naquela; disto, nisto, daquilo, naquilo; daqui, daí, dacolá, donde, dantes, dentre; doutrora* (a par de *de outrora*), *noutrora; doravante* (a par de *ora avante*); etc.

b) nas combinações dos pronomes pessoais: *mo, ma, mos, mas, to, ta, tos, tas, lho, lha, lhos, lhas, no-lo, no-la, no-los, no-las, vo-lo, vo-las*.

c) nas expressões vocabulares que se tornaram unidades fonéticas e semânticas: *dessarte, destarte, homessa, tarrenego, tesconjuro, vivalma*, etc. (PEREIRA, 1935, p. 65-66)

d) nas expressões de uso constante e geral na linguagem vulgar: *co, coa, ca, cos, coas* (= *com o, com a, com os, com as*), *plo, pla, plos, plas* (= *pelo, pela, pelos, pelas*), *pra* (= *para*), *pro, pra, pros, pras* (= *para o, para a, para os, para as*) etc.

Na obra de Cunha e Cintra (1985) é inexistente o uso de apóstrofo pelos autores, no entanto os autores faz referência a seguinte regra:

O APÓSTROFO (') serve para assimilar a supressão de um fonema – geralmente a de uma vogal – no verso, em certas pronúncias populares e em palavras compostas ligadas pela preposição *de*: *c'roa, esp'rança, 'tá bem!* (popular), *pau-d'alho, pau-d'arco, galinha-d'água*. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 65)

Do *Almanack Corumbaense* (1898), podemos citar ainda: “*q'aqui*” (p. IV); “*n'um*”, “*d'estes*” (p. XI); “*d'agua*” (p. XIV); “*d'aquela*” (p. 42); “*q'o*” (p. 62).

**Citação 10:** Esta última citação não é exatamente uma citação, mas um item da lista de produtos de exportação, que se encontra na página 79. Esta é a “*Nota do valor oficial da exportação do Estado durante o anno de 1897 – PARA O EXTRANGEIRO*”, na “*Especie dos produtos*”, item “*assucar*”.

**Apresentação da palavra: I. Assucar:** Em Pereira (1907), o autor escreve a palavra “*assúcar*” (p. 27), numa regra sobre acentuação gráfica:

São *barytonos* os seguintes – *quasi, álcali, Páris, cútis, júry, tílbury, tríbu, Vênus, vírus, rabbôni, Ottôni, busílis*.  
[...] Exceptuam-se ainda os seguintes: *alcáçar, âmbar, almiscar, néctar, aljôfar, assúcar, mártyr...*

Em Ribeiro (1933, p. 38), o autor ao argumentar sobre assimilação, traz a palavra *açúcar* em substituição de *assúcar*, assim afirmando:

A assimilação perfeita, isto é, a que produziu a substituição da letra assimilada por outra igual á precessora e assimilante, exemplificam-se abundantemente nos vocabulos de prefixação de *ab, ad, in*, etc.; *atender, assistir, aplicar, illegivel*, etc.  
Não se ha de esquecer, porém, quanto ao elemento arábico, o facto curioso de que a assimilação só se produz na junção das letras chamadas solares: *r, s, z, ç*.  
Taes são as assimilações do artigo al: **açúcar (assucar)**; azeite; arrabil; açude (assude).

Esta é a forma escrita atualmente. Pereira (1935, p. 40) traz a seguinte regra de acentuação, onde usa a palavra *açúcar* como exemplo, “*Paroxytono (gr. para + oxy + tono, para = juncto, perto) ou grave, quando incide a tónica sobre a penultima (lat. pene = quasi): - verdade, justiça, açúcar*”.

Em 1935, Pereira traz a palavra *açúcar* ainda ao abordar acentuação gráfica, assim argumentando

8º - Sobrepõe-se o acento agudo ao *a, e, o* abertos e ao *i* ou *u* da penúltima sílaba dos vocábulos paroxítonos que acabam em *l, n, r* e *x*; e o acento circunflexo ao *e, o* fechados e ao *a, e, o* seguidos de *m* ou *n* em situação idêntica: **açúcar, afável, alúmen, córtex, éter...**

Cunha & Cintra (1985, p. 64) também apresenta a palavra como usualmente é escrita desde sua modificação apresentada por Ribeiro (1933), em referência a regra de acentuação.

O ACENTO pode ser AGUDO (´), GRAVE (`) e CIRCUNFLEXO (^). 1. O ACENTO AGUDO é empregado para assinalar: *a)* as vogais tônicas fechadas *i* e *u*: a**í**, horr**í**vel, f**í**sico, ba**ú**, aç**ú**car, l**ú**gubre.

Essa e muitas outras palavras, conforme já se observou, passaram por mudanças no decorrer do tempo, de alguma forma, podemos afirmar que os erros gramaticais do passado se tornaram a regra presente, como neste caso. Por assimilação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse que o objeto língua conquistou no interior das ciências humanas, ultimamente, tem sido de tal importância que impulsionou o aparecimento de múltiplas abordagens, ampliando o campo da linguística e da história. Embora em bases diferentes, observamos um consenso entre os estudiosos, na medida em que tomam a língua em sua função de interação social, como processo e produto da atividade histórica do homem.

Como processo e produto histórico, queremos dizer que a língua resulta de cada instante de interação entre o passado e o presente em meio ao contexto sociocultural. Sobretudo na linguística, tornam-se mais amplos os métodos de investigação a partir de fontes documentais, que, neste trabalho, verificaram-se várias obras e no caso o *Almanack*, chegando enfim no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa a forma mais presente e representativa atualmente.

Após várias tentativas de se unificar a ortografia da língua portuguesa, a partir de 1 de janeiro de 2009 passou a vigorar no Brasil e em todos os países da CLP (comunidade de países de língua portuguesa) o período de transição para as novas regras ortográficas que se finaliza em 31 de dezembro de 2015. Algumas modificações foram feitas com a intenção de aproximar os países que tem a língua portuguesa como língua oficial, como exemplo, Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e outros.

Atualmente a gramática portuguesa segue as regras, conforme reforma ortográfica que passou a vigorar em 2009, e até 2012 foram implantadas definitivamente no Brasil. Apesar de ter apresentado modificações na escrita, como a proscricção do trema (¨), a pronúncia continua a mesma. A ideia inicial é regularizar oficialmente as duas grafias oficiais: português de Portugal com o português do Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguél Eugenio. *Alfredo Clemente Pinto e suas contribuições para o ensino da Língua Portuguesa: Um estudo historiográfico*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.

\_\_\_\_\_. *Historiografia linguística aplicada às obras de gramática*. In PEREIRA, Danglei; RODRIGUES, Marlon Leal. (orgs.). *Língua e Literatura I: questões teóricas e práticas*. São Paulo: Nelpa, 2012.

ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Questões em Historiografia linguística* in revista da ANPOLL, nº2, 1996: 45-70.

\_\_\_\_\_. *Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil*, Revista Argentina de Historiografia linguística, I, 2, 2009.

ARRUDA, J. J. de H. *História Moderna e Contemporânea*. 9 ed. São Paulo, Ática: 1978.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa*. Puc/Sp – Upm. 2004. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao\\_docentes/historiografico\\_neusa.pdf](http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografico_neusa.pdf)>. Acesso em: out/2011.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *História entrelaçada 4: os discursos das produções lingüístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BECHARA, EVANILDO. *Prefácio*. In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BIOGRAFIA CELSO CUNHA. *Instituto Camões*. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/ccunha.html>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

BIOGRAFIA RESUMIDA CELSO Ferreira da Cunha. *Filologia*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/celsocunha.html>>. Acesso em 21 de Janeiro de 2013.

BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional, 1967.

CABRAL, Leonardo. 234 anos: Corumbá é o sonho de regresso dos filhos que deixaram esta terra. Setembro de 2012. Disponível em: <<http://capitaldopantanal.com>>.

br/cdp/component/content/article/44-destaques-de-capa/16284-234-anos-corumba-e-o-sonho-de-regresso-dos-filhos-que-deixaram-esta-terra-.html>. Acesso em: fev/2013.

CASTRO, Ivo. *Celso Cunha, o Não-Gramático (1989)*. Revista Confluência, Rio de Janeiro, 5, 1993, pp.23-28.

CEDOCH. *Grupo de Estudos em Historiografia linguística*. USP, 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/index.htm>>. Acesso em: jun/2013.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. Disponível em: <<http://linguistica.fflch.usp.br/cedoch>>. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

COELHO, Olga. *Léxico, Ideologia e a Historiografia linguística do Século das Identidades*, Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, UFPR, 2003.

CORUMBÁ. *Portal da Prefeitura de Corumbá*. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

\_\_\_\_\_. *Gramática de base*. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1970.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

DADOS ECONOMICOS. *Portal da Prefeitura de Corumbá*. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/dados-economicos/11/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA. Disponível em: <<http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>>. Acesso em 30 de dezembro de 2012.

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA-USP. *Maria Cristina Fernandes Salles Altman*. 2013. Disponível em: <<http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/569>>. Acesso em: jun/2013.

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA-USP. *Olga Ferreira Coelho*. 2013. Disponível em: <<http://www.linguistica.fflch.usp.br/node/571>>. Acesso em: jun/2013.

D'ELIA, Ricardo. *Almanack Corumbaense*. Corumba, MT : Typ. Italiana, 1898.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá: Confluências das Frentes Espanhola e Portuguesa – 1536-1778*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

FACCINA, Rosemeire Leão da Silva; CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A Gramática*



*Expositiva da Língua Portuguesa: uma abordagem historiográfica.* In. BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 2: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FAVERO, Leonor Lopes. *Prefácio.* In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, Ester. *Historiografia linguística de Mattoso Câmara: Contribuições à Linguística Brasileira,* Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas, 2008.

FERRO, Olga Maria dos Reis. Organizadora. *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006):* História, Historiografia, Instituições Escolares e Fontes. Campo Grande, MS: UFMS, 2009.

FONSECA, Maria do Céu. *Historiografia linguística portuguesa: o contributo do século XVII.* Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6285.pdf>>. Acesso em: jun/2013.

\_\_\_\_\_. *Historiografia linguística portuguesa: o processo de gramaticalização de línguas extra-europeias (Oceano Índico).* In.: Revista de Letras, II, n.º 4, 2005, pp. 9-22.

GODOY, Eliana Vieira. *Historiografia linguística: Um percurso histórico linguístico.* Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, 2009. São Paulo: UNESP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil.* 1994. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_01.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html)>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

GUIMARÃES, Elisa. *Prefácio.* In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Prefácio.* In. BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 4: os discursos das produções lingüístico-gramaticais dos países lusófonos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GUSMÃO, Emery Marques. *A literatura escolar como síntese das pesquisas históricas – A História do Brasil De João Ribeiro (1860-1934).* Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Emery%20Marques%20Gusm%20E3o.pdf>>. Acesso em: jun/2013.

GUTIERRES, Edison Aparecido. *Vida e contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira.* Seminário de Pesquisa de PPE, Universidade Estadual de Maringá, 27 e 28 de abril

de 2010. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2009\\_2010/pdf/2010/017.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/017.pdf)>. Acesso em: jun/2013.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PUC-SP. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/grupo%20de%20pesquisa/PROF\\_NEUSA\\_PROF\\_DIELI.pdf](http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/grupo%20de%20pesquisa/PROF_NEUSA_PROF_DIELI.pdf)>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA UEG. *Pesquisa*. Disponível em: <<http://www.jussara.ueg.br/conteudo/1124>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA UFG. *IMAGO – Grupo de Historiografia de Pesquisa em Linguística*. Disponível em: <<http://imago.letras.ufg.br/pages/26519>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl. *Aspectos da Gramatização no Brasil*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno08-07.html>>. Acesso em 28 de dezembro de 2012.

ILTEC. *Acordo ortográfico*. Portal da Língua Portuguesa, 2013. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>>, acesso em: jun/2013.

KOERNER, Konrad. (1996) *Questões que persistem em historiografia linguística*. In Revista da ANPOLL, nº 2, p. 45.

\_\_\_\_\_. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. IN BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da; SOUSA, Daina Daniel de; JESUS, Cristiane Costa de. **As Práticas de Ensino na Capitania de Mato Grosso Período (1750-1808)**. UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso. 2008. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2008/gts/gt8/Poster/JACKELINE%20NASCIMENTO%20NORONHA.pdf>>, acesso em: jun/2013.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII**. Associação Brasileira de Antropologia. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. GT 48 – Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias. Deptoº de Antropologia – UFMT. Goiânia, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>>, acesso em: jun/2013.

MILANESI, Dálcio Aurélio. *Sobre a Guerra do Paraguai*. 2004. Disponível em: <[http://www.urutagua.uem.br/005/06his\\_milanesi.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/06his_milanesi.htm)>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

MURTINHO, Max Nunes. *Os Periódicos pré e pós-divisão na História Econômica Mato-Grossense (1970-2000)*. Disponível em: <[http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo\\_20120212172832.pdf](http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20120212172832.pdf)>. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

MUSSALIM, Fernanda; BENITES, Ana Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, J. V. *Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística*. In \_\_\_\_\_. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Historiografia linguística: Rumos Possíveis*. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao\\_docentes/historiografia\\_jarbas.pdf](http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografia_jarbas.pdf)>. Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

OSTERMANN, Fernanda. *A Epistemologia de Kuhn*. Instituto de Física, UFRGS, Porto Alegre RS. Cad.Cat.Ens.Fis., v.13,n3: p.184-196, dez.1996.

PAULA, Ana Maria Alves Rodrigues de. *Documentos dos séculos XVIII e XIX: edições semidiplomáticas e notas ortográficas*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1935. (Biblioteca Digital UNICAMP)

\_\_\_\_\_. *Gramática expositiva*. 112. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

\_\_\_\_\_. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. (Biblioteca Digital UNICAMP)

PEREIRA, Antutérpio Dias. *A Província de Mato Grosso no século XIX: Liberdade, resistência e escravidão através da análise quantitativa dos processos crimes encontrados no arquivo público de Mato Grosso*. Disponível em: <<http://www.anpuhms.org/eventos/xiencontrohistoriams/anais/A%20PROV%2B%ECNCIA%20DE%20MATO%20GROSSO%20NO%20S%2B%EBCULO%20XIX%20%20LIBERDADE,%20RESIST%2B%E8NCIA%20E%20ES CRAVID%2B%E2O%20ATRAV%2B%EBS%20DA%20AN%2B%FCLISE%20QUANTITATIVA%20%20DOS%20PROCESSOS%20CRIMES%20ENCONTRADOS%20NO%20A.pdf>>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. *Corumbá*. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/>>, acesso em: jan/2013.

PUC-SP. *Programa de Estudos Pós Graduados em Língua Portuguesa*. 2013. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/projetos\\_docentes/historia\\_descricao\\_lingua.html](http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/projetos_docentes/historia_descricao_lingua.html)>, acesso em: jun/2013.

REZENDE, Joffre M de. livro *Linguagem Médica*. 3. ed. Goiânia, AB Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2004. Disponível em: <<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/dicionarios.htm>>. Acesso em: abr/2013.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: curso superior*. 22. ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. (Biblioteca Digital UNICAMP)

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *A Obra Científica de Mattoso Câmara Jr, Estudos da Língua (gem). Mattoso Câmara e os estudos linguísticos no Brasil*. Vitória da Conquista, n.2, 2005.

ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Brasileira, Série V, vol. XXXIX. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALES, Thiago Rabelo. *Guerra do Paraguai: Controvérsias da Historiografia sobre as causas do conflito*. Disponível em: <[http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h9\\_2.pdf](http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h9_2.pdf)>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. *Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul: 1901-1914*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Maurício. A gramática brasileira novecentista: uma história. In: *Revista Letra Magna*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 03- n.04 -1º Semestre de 2006. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/gramatica1.pdf>>, acesso em: jun/2013.

SILVA, Mauricio e NOGUEIRA, Sônia. *Percurso gramaticográfico de Celso Cunha: da Gramática do português contemporâneo à Nova gramática do português contemporâneo*. In: BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História entrelaçada 4: os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

SILVA NETO, Serafim da Silva. *Capítulos da História da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova presença, 1986.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e, FERREIRA, João Carlos Vicente. *Cuiabá-MT: breve história de Mato Grosso e seus municípios*. [s.n.], 1994.

SILVA, Rosangela Villa da. *Aspectos da pronúncia do <S>em Corumbá – MS: uma abordagem sociolinguística*. Campo Grande, MS: UFMS; Arte & Ciência. 2004.

SWIGGERS, Pierre. *História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*. Katholieke Universiteit (K.U. Leuven), Center for the Historiography of Linguistics. Tradução: ALTMAN, Cristina. *Revista Eutomia - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010*. Disponível em: <[http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque\\_historia\\_e\\_historiografia\\_da\\_linguistica.pdf](http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque_historia_e_historiografia_da_linguistica.pdf)>. Acesso em: jan/2013.

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. Academia Maçônica de Letras de Mato Grosso do Sul, 2008.

\_\_\_\_\_. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. São Paulo: editora Resende Tributária Ltda. 1973.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

TERRACOTA - Editora. 2013. Disponível em: <<http://terracotaeditora.com.br/?p=2106>>, acesso em: jun/2013.

TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa. 1982.

UFG, Universidade Federal de Goiás. *IMAGO: Grupo de Pesquisa em Historiografia linguística*. 2012. Disponível em: <<http://imago.letras.ufg.br/pages/26519>>, acesso em: jun/2013.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **O enfrentamento entre indígenas e o colonialismo luso-espanhol no Itatim (1630-1659)**. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/Paineis/Carlos%20Magno%20Naglis%20Vieira.pdf>>, acesso em: jun/2013.

VIEIRA, Jessé da Cruz e VASCONCELO, Roosevelt Santos de. *História do Mato Grosso do Sul*: História da criação/divisão do Estado de Mato Grosso do Sul, 2008. Disponível em: <<http://ampulhetta.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=70>>. Acesso em 03 de Janeiro de 2013.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006 [1975].

JR.MATTOSO CAMARA.J; Dicionário de linguística e gramática. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

MATTHEWS, H.P; Concise dictionary of linguistics. New York: Oxford University Press, 1977.

ANEXO